

Revista

ISSN - 2595-9778

FONTES DOCUMENTAIS

v. 02 n. 02 - maio/ago. 2019



EXPEDIENTE

*Publicação Revista Fontes Documentais, Aracaju, SE, v. 2, n. 2, maio/ago., 2019.
quadrimestral organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das
Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES/IFS)
Instituto Federal de Sergipe (IFS)*

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Chefe

Salim Silva Souza – Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Conselho Editorial

Dr. Edilson Damasio - Universidade Estadual de Maringá (UEM);

Profa. Dra. Jussara Santos Pimenta – Universidade Federal de Rondônia (UNIR);

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Dr. Ronnie Fagundes de Brito - Tecnologista no Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT);

Profa. Dra. Silvânia Santana Costa - Universidade Tiradentes (UNIT);

Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Comitê Avaliativo

Prof. Ma. Andreia Bispo dos Santos – Rede Estadual de Sergipe;

Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Ma. Jandira Reis Vasconcelos – Universidade Federal de Sergipe (UFS);

Profa. Ma. Márcia Ivo Braz - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

Profa. Ma. Maristela do Nascimento Andrade – Universidade Paranaense (UNIPAR);

Profa. Dra. Niliane Cunha de Aguiar – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Capa e Editoração

Gabriel Ferreira Souza

Consultora de TI

Cecília Santos Almeida

Normalização

Salim Silva Souza

Tradução

Luana Inês Alves Santos

Revisão de Texto

Jéssica Mirelle Lopes Matos;

Cláudia Andrade;

Luana Carla de Andrade;

Maria Monize Andrade de Paula

Colaboração

Vanuci Fernanda Freitas da Silva;

Maria Edite Santos de Araújo

Produção

Agencia Personale;

GEPHIBES/IFS

Indexadores

Latindex;

Livre;

BRAPCI;

Diadorim;

Súmarios;

Google Acadêmico

Apoio

INSTITUTO FEDERAL DE

SERGIPE

Reitora: Ruth Sales Gama De Andrade

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E

EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

R454 Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS. v. 2, n. 2 (2018) – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral

ISSN 2595-9778 (publicação eletrônica)

Endereço eletrônico:

<https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais>

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto Federal de Sergipe.

CDU 02(05)

CDD 020.5

A Revista Fontes Documentais está licenciada no Creative commons – atribuição não comercial 4.0 internacional.

EDITORIAL

Honrar a memória histórica de uma país é dever patriótico de todos os cidadãos. Preservar com rigor a referida memória e oferecer condições de acesso é responsabilidade do Poder Público, através de seus órgãos de cultura. Em 2 de setembro de 2019, registra-se um ano da lamentável ocorrência do incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, situado na Quinta da Boa Vista.

Muitos de nós, temos ainda bem viva na memória, a forte emoção que sentimos ao testemunhar, através da televisão, naquela noite de 2 de setembro de 2018, o lamentável incêndio que teve como causa, conforme perícia realizada e divulgada, o superaquecimento de um aparelho de ar condicionado, que facilmente se alastrou, deixando como saldo, conforme divulgado na imprensa, a destruição de 18 milhões de peças documentais, do total de 20 milhões de itens do acervo acumulados por 200 anos.

O Museu Nacional havia celebrado em junho de 2018, duzentos anos de sua criação. Ainda está em curso um trabalho minucioso de recuperação desse precioso acervo museológico histórico. Os veículos de comunicação nos dão a boa notícia de que as autoridades brasileiras responsáveis pelo Museu Nacional se esforçam pela possibilidade da total abertura ao público com completa restauração em tempo recorde, para o que busca o máximo de recursos financeiros.

É com essa lembrança e com o desejo de que as nossas unidades de informação espalhadas pelo Brasil inteiro não tenham o mesmo fatídico destino do querido Museu Nacional, que a Revista Fontes Documentais publica o seu terceiro número, abrangendo o período de maio a agosto de 2019, trazendo artigos originais, resumo expandido e uma entrevista com uma renomada museóloga da Bahia.

A Revista Fontes Documentais é organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES do Instituto Federal de Sergipe, com o objetivo de atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica. O seu conteúdo é de acesso livre, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

No mês de agosto, a Revista Fontes Documentais recebeu dois presentes, a primeira foi sua nova casa ao migrar para o Portal de Periódicos do Instituto Federal de Sergipe, e o segundo foi a sua qualificação B3 pela CAPES. Queremos agradecer a todos os autores, avaliadores e Comissão editorial que contribuíram para essa importante conquista.

E para presentear nosso leitor, a Revista Fontes Documentais convida a todos a apreciar as pesquisas desenvolvidas a seguir:

Começando essa edição, temos o artigo da professora do Departamento de Ciência da Informação da UFS (DCI/UFS), Niliane Cunha de Aguiar, em parceria com a bibliotecária Juliana de Jesus, intitulado **Gestão informacional do Museu Afro-brasileiro de Sergipe (MABS) e a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras/SE**, onde nos conduzirá para a cidade histórica de Laranjeiras, abordando de que forma se tem salvaguardado o patrimônio cultural no Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (MABS).

Em seguida o artigo intitulado **Gestão da documentação dos arquivos escolares no Brasil**, da bibliotecária Shirley dos Santos Ferreira e da professora decana do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS, Valéria Aparecida Bari, apresenta a questão da gestão documental no arquivo escolar, cuja lacuna no estabelecimento de diretrizes nacionais e políticas públicas abrangentes pelo Ministério da Educação leva as unidades escolares a instituir soluções intuitivas.

No contexto de biblioteca, iremos nos deleitar com o artigo da bibliotecária do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Célia Reis Sales em parceria com a professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Jussara Santos Pimenta, cujo título é **O professor readaptado e suas práticas educativas na biblioteca escolar de uma escola estadual em Porto Velho/RO**, que traz uma análise de quais práticas educativas os professores readaptados responsáveis pela Biblioteca Escolar estão desenvolvendo em uma escola estadual, na cidade de Porto Velho/RO.

O artigo intitulado **A importância de políticas públicas de acesso à informação científica: contexto social contemporâneo**, da professora do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Lorena de Oliveira Souza Campêllo, em parceria com o bibliotecário do Instituto Federal de Alagoas, Robson Beatriz de Souza, apresenta ações que ressaltam o desenvolvimento cidadão através do acesso à informação, com o objetivo de verificar a importância do acesso e uso da informação científica como fundamental para a sociedade da informação, com ênfase para perspectivas de construção social.

Para iniciar nossa mais nova seção, a de Resumos expandidos, foi escolhido: **Regulação 2.0: uma proposta de nova solução telemática para os processos regulatórios no estado da Bahia**, dos professores e pesquisadores Ricardo Coutinho Mello, Fábio Campos Aguiar, Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes, Emerson Gomes

Garcia, Joseane Mota Bonfim e Paula Caroline Gonçalves Herrera, que apresentam uma proposta de desenvolvimento tecnológico para construção de uma plataforma telemática de suporte aos processos de regulação do acesso aos serviços públicos de saúde no Estado da Bahia com vistas à otimizar o acesso à informação, avaliando a repercussão no fluxo produtivo da assistência.

E para fechar essa edição com chave de ouro, temos uma **entrevista com Osvaldina Cezar Soares**, coordenadora museóloga do Museu da Misericórdia gerido pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia e atual presidente do Conselho Regional de Museologia da 1ª Região, que abrange o Norte e o Nordeste brasileiro.

Esse número apresenta cinco trabalhos de excelente qualidade, além de uma entrevista encantadora.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Vanda Angélica da Cunha
Professora aposentada do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA)

Salim Silva Souza
Editor-chefe

SUMÁRIO

EDITORIAL _____ **03**

ARTIGOS

GESTÃO INFORMACIONAL DO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE (MABS) E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE LARANJEIRAS/SE

(Niliane Cunha de Aguiar, Juliana de Jesus) _____ **07**

GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES NO BRASIL

(Shirley dos Santos Ferreira, Valéria Aparecida Bari) _____ **24**

O PROFESSOR READAPTADO E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BIBLIOTECA ESCOLAR DE UMA ESCOLA ESTADUAL EM PORTO VELHO/RO

(Célia Reis Sales, Jussara Santos Pimenta) _____ **37**

A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

(Lorena de Oliveira Souza Campêllo, Robson Beatriz de Souza) _____ **55**

RESUMO EXPANDIDO

REGULAÇÃO 2.0: UMA PROPOSTA DE NOVA SOLUÇÃO TELEMÁTICA PARA OS PROCESSOS REGULATÓRIOS NO ESTADO DA BAHIA

(Ricardo Coutinho Mello, Fábio Campos Aguiar, Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes, Emerson Gomes Garcia, Joseane Mota Bonfim) _____ **69**

ENTREVISTA COM A MUSEÓLOGA OSVALDINA CEZAR SOARES

(Salim Silva Souza) _____ **75**

GESTÃO INFORMACIONAL DO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE (MABS) E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE LARANJEIRAS/SE

INFORMATIONAL MANAGEMENT OF THE AFRO-BRAZILIAN MUSEUM OF SERGIPE AND THE SAFEGUARD OF THE CULTURAL HERITAGE OF LARANJEIRAS CITY / SE

Niliane Cunha de Aguiar

Docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI/UFS). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Grupo de Pesquisa Leitura, Biblioteca Escolar e Cidadania da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2198-7882> E-mail: nilianeaguiar@yahoo.com.br

Juliana de Jesus

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5509-6180> E-mail: j-romana@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema o patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras, através do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (MABS), cujo objetivo consistiu em descobrir como este patrimônio é salvaguardado neste museu. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica e documental como meio de adquirir informações pertinentes à cidade e seu patrimônio, como também, a aplicação de uma entrevista direcionada à diretora do MABS para saber, sobretudo, como é desenvolvida a organização e disseminação da informação no museu. Deste modo, trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, norteada pela simbologia do material e imaterial que compõem a historicidade desta comunidade e de seus antecedentes. Assim, este trabalho expõe a interdisciplinaridade da Ciência da Informação (CI), exibindo como é desenvolvida a gestão da informação nos lugares da memória, a exemplo dos museus. Portanto, os resultados deste estudo expõem que esta cidade é repleta de bens culturais

significativos para a construção sociocultural do Estado sergipano, porém, maioria de seus bens imateriais não dispõe de um Registro de reconhecimento. Contudo, constatou-se que o MABS ainda não possui a capacidade de representar efetivamente o patrimônio cultural e a memória coletiva da cidade, uma vez que suas práticas museológicas se encontram distantes da realidade proposta pela Museologia e Ciência da Informação.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Memória Coletiva. Museu. Patrimônio Cultural. Salvaguarda.

ABSTRACT

This research has as its theme the cultural heritage of Laranjeiras city, through the Sergipe Afro-Brazilian Museum (MABS), whose objective was to discover how this heritage is safeguarded in this museum. Therefore, a bibliographic and documentary research was elaborated as a means of acquiring pertinent information to the city and its patrimony, as well as the application of an interview directed to the MABS

director to know, above all, how the organization and dissemination of the information in the museum is developed. Thus, it is an exploratory and descriptive research, guided by the symbolism of the material and immaterial that make up the historicity of this community and its antecedents. Thus, this work exposes the interdisciplinarity of Information Science (IC), showing how information management is developed in places of memory, such as museums. Therefore, the results of this study show that this city is full of significant cultural goods for the socio-cultural

construction of Sergipe State, but most of its immaterial goods do not have a Recognition Register. However, it was found that MABS does not have the capacity to effectively represent the city's cultural heritage and collective memory yet, since its museological practices are far from the reality proposed by Museology and Information Science.

Keywords: Information Science. Collective memory. Museum. Cultural heritage. Safeguard.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se particularmente ao patrimônio cultural e a memória coletiva, sobretudo, a respeito de como estes são protegidos por meio de procedimentos existentes na Ciência da Informação (CI) que é um campo extensivo e interdisciplinar que vem evoluindo significativamente ao longo do tempo, cujo objetivo é analisar a informação desde sua concepção até a transformação do conhecimento, através dos dados adquiridos. Assim sendo, entende-se que por meio dela é possível avaliar, coletar, classificar, manusear, guardar, recuperar e transmitir a informação. Pode-se crer que esta área do conhecimento contribui com estudos direcionados à preservação da memória, observando a formação social e cultural do indivíduo.

Desse modo, a CI abrange áreas como Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, dentre outros campos responsáveis por gestão informacional e documental. Diante disso, as Unidades Informacionais (UI) dos referidos campos que integram a CI são particularmente locais detentores da informação e do conhecimento. Assim, desde o princípio são vistos também como espaços que salvaguardam a memória coletiva de uma determinada comunidade.

Posto isto, pode-se pensar que tais instituições ganham importante destaque, principalmente por oferecer a sua comunidade acervos que trazem em si a memória histórica, cultural e social de seu povo, pondo em evidência sua função mais primitiva que é contribuir para a sociedade através da organização, disseminação e do uso da informação. Desse modo, a resistência de tais memórias depende principalmente da forma como estas estão sendo preservadas.

Todavia, tais espaços são mencionados constantemente em diversos artigos como “Lugares da Memória”, que segundo Santiago Junior (2015, p.246-247) esta expressão “foi uma abordagem francesa, criada por Pierre Nora¹ e assumida por uma série de outros profissionais (historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etc.)”. Por isso, essa memória encontra-se registrada nestas instituições em diversos formatos e suportes, pois, “a informação pode estar em documentos impressos, em diálogos trocados entre cientistas, em patentes, em fotografias, em objetos, etc.” (PINHEIRO, 2002 *apud* QUEIROZ; MOURA, 2015, p.35).

Assim, notadamente, diversas cidades brasileiras são possuidoras de patrimônio cultural importantíssimo que ressalta a memória de suas comunidades, valorizando a herança do passado de seu povo, lembranças estas que devem ser transmitidas para as gerações posteriores com o intuito de preservar a identidade histórica e social de cada nação. Não diferente, o estado de Sergipe é uma região ampla em patrimônios que precisam ser observados constantemente, enaltecendo suas belezas e riquezas naturalmente reveladas por seus monumentos arquitetônicos, suas manifestações folclóricas, artísticas e religiosas, compondo a memória coletiva que é exposta principalmente através dos museus existentes em determinadas comunidades.

O museu, por ser uma instituição com objetivo claro de proteger e exibir lembranças específicas de um determinado grupo social, ou seja, de lidar com representações consolidadas coletivamente, ganha espaço notável em relação a estudos voltados para a gestão da memória. Contudo, esta unidade de informação ganha um considerável destaque em relação à preservação dos bens tangíveis e intangíveis justamente pelo seu valor histórico, social e educacional. Porém, a maioria dos acervos desses espaços não possui uma preservação, conservação e disseminação favoráveis, talvez por não dispor de um profissional especializado para desenvolver uma gestão apropriada.

Dessa forma, o tema que contempla o presente estudo surge da seguinte questão: como o Museu Afro Brasileiro de Sergipe resguarda o patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras?

Por conseguinte, a atual pesquisa tem como objetivo geral descobrir como este patrimônio é salvaguardado pelo Museu Afro. E, por meio de seus objetivos

¹ Pierre Nora é um historiador francês conhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória, o ofício do historiador, e ainda pelo seu papel como editor em Ciências Sociais.

específicos, pretende-se evidenciar os materiais representativos do patrimônio cultural, da memória coletiva da cidade e sua proteção no MABS; como também identificar como é desenvolvida a Gestão da Informação (GI) que consiste no ciclo de atividades que envolvem a aquisição, organização e disseminação da informação.

2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS LUGARES DA MEMÓRIA

A origem da Ciência da Informação segundo (ARAÚJO, 2013. p.19) deve a princípio “ser buscada no paradigma consolidado, no final do século XIX, nas ciências relacionadas com o documento (a Biblioteconomia, principalmente, mas também a Arquivologia e a Museologia)”, pois, foi através deste diálogo que surgiu o campo da Documentação que, anos depois, propiciou o surgimento da CI. Assim, Day (2001) *apud* Araújo (2013, p.19) aborda que:

A Documentação, campo de reflexão e atuação prática criado por Otlet e La Fontaine no início do século XX, voltou-se para a tentativa de se promover um inventário da totalidade dos registros do conhecimento humano - e não para o armazenamento ou a custódia destes registros, tal como vinha sendo realizado pelos arquivos, pelas bibliotecas e pelos museus. No âmbito desta ação, Otlet desenvolveu o conceito de “documento”, alargando o campo de intervenção para além dos livros e documentos administrativos. Embora tratando de arquivos, bibliotecas (e também museus e demais entidades documentais) numa perspectiva integradora, a área acabou se desenvolvendo como uma atividade profissional distinta, paralela, atuando principalmente no campo da informação científica e tecnológica.

Dessa forma, o documento, que vai além da base física, abre um conjunto de possibilidades em sua concepção, pois o documento é qualquer registro de informação, seja qual for o formato ou suporte utilizado para seu registro. Neste sentido, as bibliotecas, os arquivos e os museus são os órgãos inerentes à documentação, sendo que cada um destes possui particularidades na forma de gerir as informações a eles destinadas, como a exemplo da salvaguarda dos bens materiais e imateriais que fazem parte das lembranças do indivíduo. Contudo, notadamente, a Memória e o Patrimônio Cultural são objetos de estudo em diversos campos do conhecimento. Por conseguinte, na CI não poderia ser diferente, uma vez que esta área se mostra diretamente ligada à organização, preservação e divulgação das lembranças da humanidade, contribuindo significativamente para a prática do não esquecimento da sociedade. Deste modo, os valores de uma determinada nação são salvaguardados em locais como Bibliotecas, Arquivos e Museus, locais estes

que são historicamente considerados como “lugares da memória”. Sobre tais espaços, esta pesquisa enfatizará a gestão do patrimônio cultural e memória coletiva em Museus em vista dos seus objetivos.

2.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MUSEUS

Os museus, expressamente, são instituições inerentes ao patrimônio cultural da comunidade em que se insere. Contudo, estes espaços obtêm dentre suas diversas atividades, a função de salvaguardar a memória e o patrimônio local. Assim, segundo a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, os museus são:

Art. 1º as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, *on-line*).

Entretanto, os museus são naturalmente instituições com recursos financeiros e humanos limitados. Porém, segundo a Organização das Nações Unidas para Ciência Educação e Cultura (UNESCO, 2017 p.7), o estabelecimento museológico “têm grande potencial para sensibilizar a opinião pública sobre o valor do patrimônio cultural e natural; e sobre a responsabilidade de todos os cidadãos para contribuir com sua guarda e transmissão”. Nesta direção, o Art. 30 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, explícito nos termos do art. 50 da Lei nº 11.904, de 2009, destaca que “os museus poderão estimular a constituição de associações [...], dos grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público”. Acrescenta-se, também, no art. 32 desta mesma Lei, que, “o museu tem a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico” (BRASIL, 2009, *on-line*). Posto isto, cabe ao museu proteger de forma satisfatória os bens culturais, através dos inventários museológicos, como está descrito na Lei supracitada:

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes. § 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção. §

2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real. § 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União. § 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais (BRASIL, 2009, on-line).

Portanto, compete a este espaço da memória, garantir a conservação e a segurança dos itens que compõem seu acervo. Para que isto aconteça, o parágrafo único do art. 21 da Lei já mencionada, explicita que “os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente” (BRASIL, 2009, *on-line*). Afinal, este acervo faz parte da memória do indivíduo e, conseqüentemente, é uma conexão entre o passado e o presente de sua comunidade. Nessa ótica, manifestando o pensamento de Assis (2011, p.77), “o patrimônio cultural não é pertencente ao passado, mas, efetivamente, ao futuro”, uma vez que é promovido e preservado. O mesmo ainda pontua que compete ao poder público e à comunidade “o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações, a teor do exposto no art. 225, da Constituição da República” (ASSIS, 2011, p.77). Com isso, a salvaguarda do patrimônio cultural envolve o âmbito social e político, devido à necessidade de preservar os bens existentes para que não transcorra nenhuma irregularidade, seja ela natural ou proposital.

Diante do que foi exposto, pode-se decerto considerar que compete ao museu a função de preservar, interpretar e promover o patrimônio natural e cultural da humanidade, como está exposto no princípio do Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que, nesta linha, apresenta que os museus são responsáveis pelo patrimônio cultural, seja ele do universo tangível ou intangível. Assim sendo, o mesmo código ainda esboça que todos os responsáveis pela orientação e a supervisão dos museus “têm como primeira obrigação proteger e promover este patrimônio, assim como prover os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim” (ICOM, 2010, p.15). E, em complemento, o Conselho explana ainda que:

Os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal especial e são protegidos pelo direito internacional. A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, por sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação, quando permitida. (ICOM, 2010, p. 19-20).

Em vista disto, fica claro que o museu é guardião dos mais valiosos patrimônios que constituem a memória coletiva dos cidadãos. Logo, o (ICOM, 2010, p.20) esclarece que “em cada museu, a autoridade de tutela deve adotar e tornar público um documento relativo à política de aquisição, proteção e utilização de acervos”. Portanto, como já foi aludido, para salvaguardar as diversas manifestações culturais e os bens material e imaterial, o museu utiliza-se dos inventários, que são instrumentos de preservação, cujo “principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial” (IPHAN, 2014, *on-line*). Nesta direção, cabe então ao museu, além de proteger seu acervo, criar ações que o viabilizem, tanto dentro quanto fora de suas instalações. Então, de acordo com o Instituto Brasileiro de Museus, as intervenções desenvolvidas no exterior do museu são denominadas processos museológicos, que é a junção das:

[...] atividades, os projetos e os programas com base nos pressupostos teóricos e práticos da museologia, tendo o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas como objeto, visando à produção do conhecimento e ao desenvolvimento cultural e socioeconômico. Os processos museológicos, que se iniciam pela articulação e formação de redes, buscam o empoderamento social e o desenvolvimento cultural, por meio da afirmação da identidade, da apropriação do patrimônio cultural e da construção da memória social (IBRAM, 2014, p.22).

Neste universo, cabe reconhecer que é função dos responsáveis pelos museus desenvolver os procedimentos básicos que vão desde a aquisição, podendo ser através de coleta, doação, permuta, compra, empréstimo, transferência, depósitos, legado, entre outros; documentação; preservação; conservação; pesquisa e consequentemente comunicar/externar o patrimônio pertencente à comunidade em que a instituição está inserida. Dessa forma, tais práticas fazem parte do processo de Musealização, que segundo (ARAÚJO, 2013, p.18), é o “processo técnico de adquirir, documentar e exibir um objeto”. Por sua vez, o patrimônio imaterial também é salvaguardado através de objetos que o simboliza e o expõe. Nesta linha, (JESUS, 2014 p.103) expõe que “o que se vê quando se musealiza o patrimônio imaterial, são seus correlatos materiais, ou seja, objetos que podem expressar a imaterialidade do patrimônio em questão”. Também neste contexto (LIMA, 2012, p.44) ressalta que o “intangível, sendo ‘contexto’, perpassa e

abarcam os bens materializados, isto é, os ‘textos’ tratados pela Musealização”, assim, é importante que tal patrimônio esteja incluso no livro de registro que “é um instrumento que protege o patrimônio do museu e oferece ao administrador um quadro exato das aquisições, depósitos e alienações” (SANTOS, 2000, p.54). Neste seguimento, Mário de Andrade, escritor e intelectual inicialmente mencionado neste estudo, explicita a importância do museu na exposição do patrimônio nacional através da seção dos museus em seu anteprojeto. Assim, define claramente que esta seção “é órgão [...] enriquecedor e expositor do patrimônio artístico nacional pertencente ao Governo Federal” e que a ela compete “[...] organizar exposições regionais e federais, por meio da veiculação das obras tombadas pertencentes aos poderes públicos federais e estaduais e as coleções particulares” (IPHAN, 1980, p.65). Nisto, Chagas (2006, *apud* DROPA *et al*, 2016, p.7-8) frisa que para o escritor do Modernismo, o museu “está na compreensão desses espaços como agência educativa, como veículos de participação da coletividade”. De tal modo, outro fator inegavelmente contributivo para a preservação e expansão dos bens culturais é a educação patrimonial que, de acordo com o (IPHAN, 2014, *on-line*), constitui-se de:

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

De certo modo, pode-se assegurar que a educação patrimonial também é uma forma de proteção do acervo e da memória desta comunidade. Seguindo esta via, à luz do pensamento de Chagas mencionado por Droga *et al* (2016), o museu e o patrimônio descrevem histórias e fazem a intervenção entre épocas, grupos e pessoas distintas. Nisto, o autor destaca ainda que ambos “são pontes, janelas ou portas que servem para a narração e comunicação, servindo, portanto, para nos humanizar” (CHAGAS, 2006, *apud* DROPA *et al.*, 2016, p.22). Desse modo, o museu pode interagir com outras instituições como escolas, bibliotecas, centros culturais, entre outros locais que podem contribuir para proteção da memória e do patrimônio, através do processo de mediação e interdisciplinaridade.

Assim sendo, todas estas práticas só serão possíveis com a ligação entre a instituição, os órgãos responsáveis e os profissionais que compõem o museu, uma vez que a salvaguarda do patrimônio deve encontrar-se também como uma prática social, educativa e política.

3 MUSEU AFRO-BRASILEIRO DA CIDADE DE LARANJEIRAS

No ano de 1976, a cidade de Laranjeiras apresentou a primeira edição do encontro cultural a sua comunidade, propiciando a explanação e visibilidade da cultura popular local, culminando também com a inauguração do primeiro Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (MABS), oficializado pelo Decreto nº 3.339, pertencente à Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). Porém, no ano vigente, devido à exclusão do Ministério da Cultura, algumas secretarias foram unificadas; com isto, a SECULT passou a pertencer à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC), sendo a atual responsável pelo gerenciamento dos Museus, Bibliotecas Públicas Estaduais e o Arquivo Público de Sergipe.

Logo, o MABS foi instalado em um prédio do século XIX, tombado pelo IPHAN, conhecido como Casa Aquiles Ribeiro, situado na Rua José do Prado Franco, nº 70, com características arquitetônicas do neoclassicismo, destacando registros do sincretismo religioso e da cultura africana na formação do povo brasileiro, por meio de objetos que retratam a escravidão e a fase açucareira de Sergipe do século XIX. Cabe sublinhar que esta instituição considerada como Museu de História, tem por objetivo pesquisar, preservar e mostrar através de suas exposições permanentes e temporárias pontos marcantes da história no período da monocultura canavieira. Assim, esta UI é dedicada à herança cultural de matriz africana e suas primeiras coleções tem origem no Terreiro Oxossi Tawamin, localizado em Aracaju, dirigido pelo Pai de Santo Lê (Sr. Gilberto da Silva) e, a essa coleção, foram adicionadas as da religiosidade Nagô. É um espaço de memória da identidade da população afro e se apresenta como o lugar da exposição permanente que evidencia objetos da presença negra em Sergipe, nos campos do trabalho e da religiosidade.

Figura 1 – Fachada do MABS

Fonte: Juliana de Jesus (2019)

3.1 ACERVO DO MUSEU AFRO

O acervo do MABS representa a vida dos brancos, a escravidão dos negros e sua religiosidade. Portanto, no tópico seguinte, será exposta parte do material referente a este período histórico brasileiro, no que concerne ao patrimônio cultural e à memória coletiva representada por meio de exposições. Como se pode observar nos seguintes quadros.

Primeiramente, tem-se a sala voltada para a Economia Açucareira, espaço expositivo do engenho, principalmente o Massapé (Solo escuro encontrado no Nordeste):

Quadro 1 – Peças referentes à Economia Açucareira

PEÇA	CANGAS DE BOI, Madeira, século XX
Procedência	Doação da Paróquia de São José/Malhador – SE
PEÇA	CACUÁ EM FIBRA DE CIPÓ, século XX
Procedência	Compra do MABS/SECUR
PEÇA	CARRO DE BOI, Madeira, século XX
Procedência	Doação/ Tomar do Geru –SE
PEÇA	GAMELA, Madeira, século, XIX
Procedência	Doação da Paróquia São José/Malhador – SE
PEÇA	ARADO, Ferro, século XIX
Procedência	Doação da Fazenda Varzinhas/Laranjeiras – SE
PEÇA	ARADO PALHADÃO, Instrumento agrícola adotado na cultura canavieira, século- XIX
Procedência	Doação, Fazenda Varzinhas /Laranjeiras – SE
PEÇA	MOENDAS DE CANA, DE CAFÉ E DE MANDIOCA
Procedência	Sem identificação
PEÇA	PRENSAS DAS CASAS DE FARINHAS
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

A segunda sala direciona-se aos Instrumentos de Tortura dos Negros, composta por objetos utilizados pelos senhores de engenho para torturar os negros com intuito de mantê-los em seu poder.

Quadro 2 – Peças referentes aos Instrumentos de Tortura dos Negros

PEÇA	PALMATÓRIA, Madeira, século XIX
Procedência	Doação da Senhora Lindnalva/ Laranjeiras –SE
PEÇA	CHICOTE, Madeira e Couro, século XX
Procedência	Doação do Sr. Amintas/Laranjeiras- SE
PEÇA	TORNOZELEIRA, Ferro, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador – SE
PEÇA	CORRENTE, Ferro, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/Malhador – SE
PEÇA	GARGALHEIRA, Ferro, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador - SE
PEÇA	TRONCO DE PÉS OU PESCOÇO, Madeira e Metal, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador - SE
PEÇA	ALGEMA (ANJINHO), Ferro, século XX, Réplica
Procedência	Compra do Artesão Sr. Jorge (Irmão Coveiro) / Aracaju
PEÇA	MORDAÇA, Ferro, século XX, Réplica
Procedência	Compra do Artesão Sr. Jorge (Irmão Coveiro) /Aracaju
PEÇA	FOTOGRAFIAS DO FILME CHICO REI, filme que conta a história do primeiro homem negro proprietário de terra no Brasil.
Procedência	Doação do Sr. Severo D’Acelino/ Cidade: Aracaju
PEÇA	TRONCOS, BOLA-DE-FERRO, CHIBATAS E QUADROS QUE RETRATAM A ESCRAVIDÃO
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Na terceira sala encontram-se expostos mobiliário e utensílios domésticos de uso da Casa Grande:

Quadro 3 – Peças referentes ao mobiliário e utensílios domésticos

PEÇA	SOFÁ, CADEIRA E MESA DE CENTRO, Madeira e Palhinha, estilo Austríaco, século XX
Procedência	Compra da prefeitura M. de Laranjeiras. Pertencente a Fazenda Massapé/ Riachuelo – SE
PEÇA	CADEIRA DE ARRUAR. Madeira e Tecido, século XIX.
Procedência	Transferência do Museu Histórico de Sergipe. Pertenceu à Prof. ^a Possidônia Maria de Santana Cruz Bragança/ Laranjeira- SE
PEÇA	CAMA, Madeira e Lastro em palhinha estilo império (TIPO MARQUESA), século XIX.

Procedência	Doação do Prof. ^a Jorge Luiz Santos.
PEÇA	ALMOFADAS. Bordados em ponto cruz e crochê, século XXI
Procedência	Doação da Sra. Rute Modesto
PEÇA	BAÚ/MALA. Madeira, século XIX
Procedência	Doação/Laranjeiras – SE
PEÇA	CADEIRA DE MADEIRA do século XX
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Na quarta sala expõem-se os objetos utilizados nos trabalhos diários na cozinha da Casa Grande.

Quadro 4 – Peças referentes à cozinha da Casa Grande

PEÇA	TACHOS, Metal, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador - SE
PEÇA	TREMPE, Ferro, século XX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/Malhador - SE
PEÇA	TACHOS, Bronze, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador – SE
PEÇA	PANELA, Barro, século XX
Procedência	Compra da Secretaria de Educação e Cultura/Aracaju
PEÇA	PILÃO, Madeira, século XX
Procedência	Doação da Fazenda Pilar/Laranjeiras – SE
PEÇA	MOEDOR DE GRÃO DE CAFÉ, ferro, sec. XIX
Procedência	Doação da Fundação A.F. & CIA/São Paulo
PEÇA	APARADOR, Madeira, século XIX
Procedência	Doação/Laranjeiras – SE
PEÇA	FRIGIDEIRA OVAL, Ferro e Ágata, século XIX
Procedência	Doação da Senhora Maria Julia/ Riachuelo – SE
PEÇA	MESA, CADEIRAS, PEÇAS EM LOUÇA, CANECAS, POTES, PANEAS DE BARRO, CHALEIRA DE FERRO, CANDEEIRO, LAMPARINAS, FERRO DE PASSAR, ROUPA DA MUCAMA ETC.
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Já no pavimento superior, encontram-se as salas direcionadas ao universo religioso Afro-brasileiro presente na comunidade, tanto pelo Terreiro Filhos de Obá quanto pelo Nagô.

Quadro 5 - Peças referentes à Religião Nagô

PEÇA	OTÁS (ASSENTAMENTOS DOS ORIXÁS) que pertence ao Babalorixá Luiz Tavares da Silva – Italaxê (IN MEMORIAM)
Procedência	Doação do Terreiro Filhos de Obá/ Laranjeiras- SE
PEÇA	QUADRO - Primeira Lôxa do Nagô- Ubelinda Araújo- Terreiro Santa Bárbara Virgem
Procedência	Sem identificação
PEÇA	QUADRO - Segunda Lôxa do Nagô- Maria de Lourdes Santos- Terreiro Santa Bárbara Virgem
Procedência	Sem identificação
PEÇA	QUADRO - Terceira Lôxa do Nagô- Bárbara Cristina dos Santos (atual) Terreiro Santa Bárbara Virgem
Procedência	Sem identificação
PEÇA	Instrumentos, adereços da religião e indumentárias do Babalorixá e da Lôxa
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Ainda no pavimento superior, estão diversas peças referentes aos Orixás: Nanã, Oxalá, Ogum, Ossanha/Ossain, Oxóssi, Oxumaré, Xangô, Yansão, Oxum e Yemanjá.

No Corredor das Personalidades, localiza-se a exposição temporária *A face das Mulheres Negras de Laranjeiras*: exposição fotográfica que apresenta a força das mulheres negras da comunidade, como: D. Maria (Samba de Coco da Mussuca), D. Marieta (Filhos de Obá), Umbelina Araújo, Zizinha Guimarães (professora-pianista e compositora-1872-1964), D. Nadir (Samba de Pareia da Mussuca), Marizete (vereadora da Mussuca), Maria do Espírito Santo, Bárbara Cristina, Maria Luiza Ribeiro, Maria Adelaide Ribeiro, Verônica Consuelo.

O museu também possui uma sala destinada às exposições temporárias, em que muitas destas exibem as Manifestações Folclóricas e Populares que fazem parte da memória coletiva da comunidade, montadas geralmente no mês de agosto²; como também exposições e intervenções sobre diversos temas, realizadas por pessoas da comunidade e por alunos da UFS, como é o caso da atual: “*Violentômetro: nenhuma a menos! Peça ajuda*”, que aborda as diversas formas de violência contra a mulher.

3.2 SALVAGUARDA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO MABS

Os objetos da Monocultura Açucareira e Cultura Afro-Brasileira que constituem o acervo do MABS são adquiridos normalmente através de Compra, feita após

² O dia do Folclore é celebrado internacionalmente no dia 22 de agosto.

o processo de seleção e aprovação do orçamento adquirido pela instituição museal; Doação, que é o procedimento em que as obras são doadas ao museu e são aceitas mediante seleção, verificando o estado de conservação da obra e sua pertinência à área de interesse da coordenadoria da UI. Cabe destacar também que o registro dos materiais do acervo desta instituição não é atualizado com frequência.

Segundo a responsável do local, o MABS é um espaço museal que não possui um plano museológico, pois, o plano que existe é cópia de outra região que não está de acordo com a realidade desta UI. Assim, para desenvolver o processo de musealização de seus itens, é feita uma avaliação do valor histórico do objeto, além de associá-lo a tipologia do Espaço Museal. Logo, a organização e disseminação da informação são desenvolvidas através das histórias do próprio acervo e de pesquisas. Dessa forma, as informações adquiridas são exibidas por meio de etiquetas expostas nas peças do acervo.

Ainda de acordo com a diretora da UI, em relação à Educação Patrimonial, o MABS realiza ações educativas com crianças, adolescentes e idosos, utilizando registros fotográficos, vestuários e instrumentos das manifestações folclóricas local, além de convidar os mestres para que, desta forma, a instituição esteja tecnicamente cumprindo um dos seus conceitos no âmbito do ensino. De tal modo, tais ações estão presentes em todos os eventos, nas datas comemorativas, estando inclusas em todos os projetos, através de parcerias com a Fundação de Cultura e Arte Aperipê (FUNCAP), Prefeitura Municipal de Laranjeiras e Universidade Federal de Sergipe, sendo também uma forma de salvaguardar e disseminar o patrimônio e a memória da localidade.

Diante do exposto, compreende-se que é fundamental reconhecer a importância do MABS, principalmente por estar inserido numa comunidade de influência africana, como também por ser um museu responsável pela proteção de parte significativa da história afro-brasileira no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar neste estudo, que a cidade de Laranjeiras é valiosa em tradição popular e, conseqüentemente, possuidora de um significativo patrimônio cultural formado ao longo dos séculos. De tal modo, o objetivo geral deste trabalho consistiu em descobrir como este patrimônio é salvaguardado pelo Museu Afro. Evidenciou-se os materiais representativos do referido patrimônio cultural, protegidos pelo MABS e também identificou-se como é desenvolvida a gestão informacional da instituição.

Diante disso, concluiu-se que o patrimônio cultural também é formador da memória coletiva, uma vez que ambos são naturalmente indissociáveis, fazendo parte do cotidiano do indivíduo, que ao longo da história sentiu a necessidade de reestabelecer o passado, transmitindo seus saberes e tradições no presente, com o propósito destas serem perpetuadas.

Retratou-se também a interdisciplinaridade da Ciência da Informação com a Museologia ao mostrar que os museus são gestores do patrimônio cultural e da memória coletiva da comunidade pertencente, compreendendo que salvaguardam as fontes informacionais que se encontram sob sua responsabilidade. Tais instituições podem ser vistas como instrumentos que possibilitam a articulação entre o bem cultural e a comunidade pertencente, sendo um constante processo de interação do indivíduo e da memória do grupo em que está inserido.

O presente estudo faz parte de uma monografia apresentada para conclusão do curso de biblioteconomia e documentação da Universidade Federal de Sergipe, que destacou de forma mais aprofundada a historicidade, importância, acervo, salvaguarda e disseminação da informação do Museu afro-brasileiro da comunidade laranjeirense, em que foi possível observar, através da análise, que esta instituição informacional não é detentora de uma ampla representatividade dos afrodescendentes, pois, no local, destacam-se principalmente as características da monocultura canavieira, utensílios domésticos da casa grande, os instrumentos utilizados para torturar os escravos e os símbolos da religiosidade de matriz africana, não incluindo em seu bojo de exposições permanentes a herança folclórica proveniente dos imigrantes africanos.

Dessa forma, por se referir a um Museu Afro, entendeu-se que se faz necessário que esta UI deveria também ressaltar a forma de ser e fazer do seu povo, principalmente aqueles que colaboraram para o enriquecimento cultural da comunidade, a exemplo dos negros que fixaram a cultura popular, com seus folguedos, como também a integração da religiosidade afro-brasileira.

Observou-se ainda que a cidade de Laranjeiras contribui significativamente para a construção das tradições culturais e sociais do estado sergipano. Todavia, é preciso que o IPHAN e os poderes públicos do município, por meio de políticas culturais de patrimonialização imaterial, reconheçam os grupos folclóricos como um bem cultural devidamente registrado, sendo imprescindível também que os órgãos responsáveis invistam continuamente em seus lugares de memória, para que estes protejam plenamente o patrimônio cultural local.

Por fim, conclui-se que o MABS é um importante instrumento para a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras que precisa, contudo, de uma ressignificação identitária para abranger completamente a cultura afro da cidade com seus costumes e seus personagens, para, assim, promover a valorização da memória do patrimônio histórico afrodescendente laranjeirense.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia e ciência da informação: diálogos possíveis. **Museologia & interdisciplinaridade**, v. 1, nº4, maio/junho. UFMG, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/viewFile/9624/7103>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- ASSIS, Wilson Rocha. O patrimônio cultural e a tutela jurídica das identidades. In: CUREAU, Sandra et al. (Coords.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 63-78.
- BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm#art50. Acesso em: 07 jul. 2018.
- DROPA, Márcia Maria *et al.* A educação patrimonial como instrumento efetivo na preservação do patrimônio cultural. **Fórum internacional de turismo do Iguaçu, 10**. Paraná. 2016. Disponível em: <http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2017/04/1.-A-EDUCA%C3%87%C3%83O-PATRIMONIAL-COMO-INSTRUMENTO-EFETIVO-NA-PRESERVA%C3%87AO-DO-PATRIM%C3%94NIO-CULTURAL.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.
- ICOM - Conselho Internacional de Museus. **Código de ética para museus**: versão lusófona. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.mp.usp.br/sites/default/files/arquivosanexos/codigo_de_etica_do_icom.pdf. Acesso em: 13 jul. 2018.
- IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Museu e turismo**: estratégias de cooperação. Brasília, DF, 2014, 80 p.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens inventariados**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- _____. **Educação patrimonial**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- _____. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília, DF, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 14 jul. 2018.

JESUS, Priscila Maria de. Uma reflexão sobre o processo de musealização: o patrimônio imaterial nos espaços museais. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], n. 4, July 2014. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4633>. Acesso em: 22 nov. 2018.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** v.7 no.1 Belém Jan./Apr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100004. Acesso em: 20 jul. 2018.

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago/dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57516/36041>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SANTIAGO JÚNIOR; F. das C. F. **Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'**. Projeto História, São Paulo, n. 52, p. 245-279, Jan.- Abr. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/49137539-Dos-lugares-de-memoria-ao-patrimonio-emergencia-e-transformacao-da-problematICA-dos-lugares-1.html> Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade. Tradução: **Ibram**. BR. 2017. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Recebido/ Received: 01/08/2019 Aceito/ Accepted: 03/08/2019 Publicado/ Published: 11/09/2019
--

GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES NO BRASIL

DOCUMENT MANAGEMENT OF SCHOOL ARCHIVES IN BRAZIL

Shirley dos Santos Ferreira

Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGCI/UFS). Graduada em Biblioteconomia e Documentação (UFS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração, Manifestações (PLENA/UFS). Membro do Comitê Científico da Revista Cajueiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5359-5667> E-mail: shirleybiblio@yahoo.com.br

Valéria Aparecida Bari

Docente do Curso de Biblioteconomia e Documentação (UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS). Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração e Manifestações (PLENA/UFS). Editora e líder do Comitê Científico da Revista Cajueiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2871-5780>. E-mail: valbari@gmail.com

RESUMO

Apresenta a questão da gestão documental no Arquivo Escolar, cuja lacuna no estabelecimento de diretrizes nacionais e políticas públicas abrangentes pelo Ministério da Educação leva as unidades escolares a instituir soluções intuitivas. A necessidade informacional compromete a salvaguarda de documentos e materialidade que contém elementos relevantes à história, memória e cultura escolar e comunitária. Como conclusão, notou-se a falta de parâmetros nacionais, políticas, diretrizes ou de documento norteador sobre a gestão documental dos Arquivos Escolares. As TIC vêm como solução para a gestão documental, desde que sua presença nas unidades escolares não seja imposta, exista a capacitação e a apropriação dos recursos em benefício dos interesses educacionais e culturais de cada comunidade escolar.

Palavras-Chave: Arquivo Escolar. Gestão Documental. Informação Documental Escolar.

ABSTRACT

It presents the issue of document management in the School Archive, whose gap in the establishment of national guidelines and comprehensive public policies by the Ministry of Education leads school units to institute intuitive solutions. The informational need compromises the safeguarding of documents and materiality that contains elements relevant to the history, memory and school and community culture. In conclusion, there was a lack of national parameters, policies, guidelines or guiding document on the documentary management of the School Archives. ICT comes as a solution for document management, as long as their presence in school units is not imposed, there is the capacity and appropriation of resources for the benefit of the educational and cultural interests of each school community.

Keywords: School Archive. Document management. School Documentary Information.

1 INTRODUÇÃO

Os Arquivos Escolares são custodiadores de relevantes documentos, cujas informações registradas servem à composição da memória da comunidade escolar. Esse microcosmo nos traz as características de uma região, compondo uma visão do contexto social essencial à gestão da Educação no país.

Além dessa importante função, o Arquivo Escolar é uma fonte de informação que se presta à vários campos do conhecimento, como a Saúde, Segurança, Administração e à própria Educação, quando se trata da composição de políticas públicas. Segundo Ferreira:

Ao cumprir sua função de gestão dos documentos criados dos processos educativos formais, os Arquivos Escolares detêm um patrimônio documental relevante: a constituição da memória de gerações de estudantes e da comunidade escolar. O resgate da memória poderá ocorrer por meio da informação documental propriamente dita, assim como por meio dos equipamentos, utensílios, edificações escolares (prédios). Além das informações referentes à escolarização e às rotinas e aproveitamento educacional, também se pode pesquisar sobre diversos temas, dentre os quais: cultura material escolar, formação docente, currículo, hábitos escolares, dentre outras infinitudes de possibilidades (FERREIRA, 2019, p. 10).

Não sendo percebido como fonte de informação de tal montante, o Arquivo Escolar tem sido tratado de forma pouco pragmática pelas equipes escolares, já que todas as suas (muitas e grandes) responsabilidades são especificadas em diretrizes nacionais. Segundo Demerval Saviani (2013, p. 16), a valorização do Arquivo Escolar “implica a percepção, por parte dos administradores educacionais, diretores de escolas, professores, funcionários e alunos da importância dessa preservação”. Então, a escolha desse tema de pesquisa também buscou a sensibilização dos profissionais envolvidos na gestão das unidades escolares, para os quais o Arquivo Escolar deve passar a fazer parte das prioridades gestoras, para que a cultura escolar receba a devida valorização.

O marco legal da gestão da documentação escolar foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1961), sancionada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, a qual prevê os fundamentos, estruturas e normatização do sistema educacional brasileiro (MEDEIROS, 2003). A implantação dos princípios dessa legislação gerou modificações nos currículos dos cursos e estabeleceu uma nova organização de ensino no país, com maior clareza de objetivos e parâmetros, sendo que os Arquivos Escolares foram conceituados como instrumentos da gestão da unidade escolar.

A partir de sua idade corrente e intermediária, onde ocorrerá a função primária, o documento escolar de arquivo passa por um longo período de salvaguarda, já que será probatório à formação escolar praticamente pelo período de expectativa de vida de um brasileiro. Contudo, passados os anos e convertidas muitas das informações para a centralidade das bases de dados do Ministério da Educação (MEC), o documento selecionado para a composição do arquivo escolar permanente, para Feijó (1988, p. 25) “é o documento que pela natureza e importância dos registros, não poderá ser eliminado da documentação escolar, sob pena de comprometer, total ou parcialmente, as informações sobre a vida escolar de uma determinada pessoa”.

O atual Ministério da Educação (MEC), ao disseminar as diretrizes da gestão escolar no território brasileiro, também desenvolveu instrumentos próprios para a centralização da documentação emitida por cada unidade escolar, reunindo grande massa de dados devidamente indexada e analisada, utilizando-se das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Sendo assim, o Sistema Integrado Administrativo Educacional (SIAE) se constitui na base de dados majoritária, que custodia os fundos de documentação escolar voltados às atividades-fim. Essa centralização ainda se depara com a resistência cultural e problemas de ordem tecnológica, que atingem os professores e equipe escolar, no que tange ao nível tecnológico das unidades escolares brasileiras. O que “fica pelo caminho”, como diz o poeta, são os documentos criados em suporte tradicional, ou seja, em papel, que trazem informações importantíssimas para compreender as condições pregressas das comunidades escolares brasileiras.

A gestão pública dos sistemas escolares de todo o país hoje é verificada, controlada e publicada por meio dos indicadores emanados pelo SIAE e pelo Censo Escolar, cuja alimentação depende diretamente da atuação das equipes escolares, sobretudo do pessoal técnico-administrativo atuante na Secretaria Escolar.

A presente comunicação científica tem como proposta a exploração da Gestão Documental, que foi um ponto pouco discutido no relatório final de pesquisa que se constituiu na Dissertação de Mestrado: “Arquivos Escolares como fonte de informação”¹, defendida em junho passado, na Universidade Federal de Sergipe.

¹ Comunicação escrita com base na Dissertação de Mestrado, de autoria de Shirley dos Santos Ferreira, orientada pela Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari, intitulada “Arquivos Escolares como fonte de informação: intervenção na elaboração de modelo de gestão documental”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento, em julho de 2019.

Assim, como ambiente social de observação, foi verificada a situação do Arquivo Escolar da Escola Estadual General Valadão, unidade de valor histórico e social relevante, situada na cidade de Aracaju, capital do Estado, na qual observou-se a organização de seu espaço físico e de sua documentação. A escolha da unidade escolar se deu pelo critério da antiguidade e relevância do estabelecimento na educação pública do estado. Haja vista a data de sua fundação, que em 2018 completou 100 anos. A Escola Estadual General Valadão, abriga o Arquivo Escolar que é o ambiente social de observação da pesquisa, nasceu com o nome de Grupo Escolar General Valadão e foi criada pelo Decreto 675, de 26 de agosto de 1918. Sua denominação foi uma homenagem ao presidente do estado na época, Manoel Presciliano de Oliveira Valadão, a sugestão do nome da escola surgiu pelo Jornal Correio de Aracaju. A unidade de informação foi batizada com o nome de “Arquivo Bosco Seabra”, consagração dada a uma personalidade sergipana. Para entendermos o histórico do Arquivo Escolar observado, precisamos acompanhar a unidade educacional que o abriga.

Ao pesquisar o Arquivo Escolar “Bosco Seabra”, pretendeu-se conhecer o patrimônio educativo e a tipologia documental escolástica, do qual averiguou-se condições de armazenamento e manejo e qual a relação da escola com esse patrimônio. Detalhadamente, verificou se a comunidade e equipe escolar têm consciência e conhecimento sobre a documentação que os Arquivos Escolares possuem e seu potencial em relação à construção da cultura e constituição da identidade local. Também buscou-se analisar se a comunidade estudantil percebia o Arquivo Escolar como uma importante fonte de informação e pesquisa, para a construção e reconstituição da memória institucional da escola.

A observação de campo, com duração de dois anos, resultou em uma intervenção profissional especializada e constatou que não há um conhecimento por parte dos responsáveis dos Arquivos Escolares sobre a temática de arquivo, os métodos de arquivamento, conservação e preservação desse acervo, bem como ainda sobre a questão de gestão documental. Identificou-se também a ausência de identidade dos funcionários da equipe colegial com o Arquivo Escolar.

No tocante as desorganizações internas típicas do Arquivo Escolar, verificamos que a atividade de gestão documental ainda não se inscreve claramente como função secretarial escolar, principalmente no que diz respeito aos acervos em idade permanente².

Do ponto de vista da Biblioteconomia e Documentação, podemos ponderar sobre a ausência de instrumentos auxiliares de busca, que normalmente são criados com a metodologia

² Segundo a Teoria das Idades, de Theodore Shellemberg, os acervos documentais passam por três idades distintas: arquivos correntes (documentação ativa); arquivos intermediários (documentação semiativa); arquivos permanentes (documentação de valor histórico, que deve ser preservada, suplantando sua função primária).

da representação temática e descritiva: catálogo, inventário, guias, plano de classificação, catalogação e indexação. Do ângulo da Museologia, há a necessidade da presença do profissional, para análise de documentos e materialidades da cultura escolar, que possuem em sua permanência caráter museológico e importância na construção e fixação de elementos culturais, conhecimento e memória.

Do panorama específico da Arquivologia, alguns Arquivos Escolares observados não possuem um método de arquivamento de documento padronizado ou até mesmo instrumento de busca por mais simples que seja. A recuperação da informação documental pelo pesquisador ou interessado normalmente é feita por varredura, ou seja, examinando documento por documento. Isso sem mencionar as condições insalubres de armazenamento, já que a equipe escolar “coloca a documentação disponível para quem ‘tenha coragem de mexer nos documentos’ ensacados e distribuídos inclusive em banheiros” (BONATO, 2002, p.06).

2 METODOLOGIA

O trabalho de investigação e pesquisa foi resultado da aplicação de metodologia consagrada no campo da Ciência da Informação, de modo interdisciplinar. Os campos do conhecimento necessários ao aprofundamento da investigação e concretização dos objetivos de pesquisa foram: a Ciência da Informação, a História, a Educação e a Administração. A compreensão e articulação dos conceitos apresentados nessas diferentes áreas e a conciliação dos pontos de vista, que são diferentes devido aos objetos das próprias ciências, trouxeram um resultado que foi a síntese de conteúdos, juízos, conceitos, práticas e recomendações especializadas

A linha de pesquisa adotada para a pesquisa que serviu de base para este artigo, segundo os fundamentos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFS, foi a da “Informação, Sociedade e Cultura”, pois trabalhou o Arquivo Escolar como unidade de conhecimento, com aspectos da cultura organizacional das unidades e sistemas escolares, além da memória e do patrimônio cultural, e a informação documental que tem o potencial de resolver necessidades referenciais e organizar práticas culturais e de comportamento informacional.

A pesquisa foi de natureza exploratória, visto que foi operacionalizada mediante observação de campo. Foi uma pesquisa aplicada, pois tratou da deficiência nas práticas sociais da gestão de Arquivos Escolares, com problemas, hipóteses e objetivos de caráter prático.

Os dados resultantes da observação e demais procedimentos da pesquisa, em quantidade representativa, com legitimidade e qualidade, foram suficientes para compor o corpo analítico da Dissertação de Mestrado, testados e legitimados por defesa em banca, mas ainda abriram possibilidades para novas observações, como a que faremos nessa comunicação científica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do período de observação ao Arquivo Escolar “Bosco Seabra”, foi possível observar que o fundo criado nas unidades escolares, desde da estrutura de Rede, não pratica claramente a Gestão Documental. Isso é verificável, a contar da pesquisa sobre os parâmetros de criação e arquivamento disseminados e seus instrumentos de mediação de informação gestora: manuais, quando não integram as séries documentais cadastradas no Sistema Integrado Administrativo Educacional (SIAE)³.

Ou seja, os documentos gerados no cotidiano escolar, que não constituem indicadores ou dados emanados das atividades-fim, ficam descaracterizados enquanto séries documentais gerais. Também existe certa resistência a implantação, por parte do corpo docente, do chamado, Diário de Classe Eletrônico⁴. A Portaria SEED/GS/SEDUC n.º. 5112/2019/GS/SEDUC propõe um plano trienal de implantação do Diário Escolar Eletrônico, mas vai esbarrar na questão do nível de informatização e disponibilidade de equipamentos em sala de aula na referida Rede Estadual de Educação de Sergipe.

O documento denominado Regimento Escolar Referencial⁵, disseminado na Rede Escolar de Sergipe a partir de 2017, não se refere em nenhuma parte a questão do Arquivo Escolar como responsabilidade, competência ou função administrativa da unidade escolar.

Assim, é possível verificar que a falta de identidade entre a equipe administrativa e técnica escolar, bem como docentes e dirigentes, em relação ao Arquivo Escolar, mantém-se tradicional devido à falta de diretrizes de gestão documental, ou mesmo a discussão da função social dos documentos produzidos, a partir da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe

³ Em Sergipe, a Portaria no. 4971/2019/GS/SEDUC, de 23 de julho de 2019, estabelece os prazos e responsabilidades quanto ao cadastramento de dados no SIAE. Disponível em: <<http://seed.se.gov.br/ARQUIVOS/PORTARIA.PREENCHIMENTO.DOS.SISTEMAS-SIAE.PDF>>. Acesso em 01 set. 2019.

⁴ Em Sergipe, a Portaria n.º. 5112/2019/GS/SEDUC, de 31 de julho de 2019, institui o Diário Eletrônico como instrumento de registro da atividade docente. Disponível em: <<http://seed.se.gov.br/ARQUIVOS/PORTARIA-DIARIO.ELETRONICO.PDF>>. Acesso em 01 set. 2019.

⁵ Regimento Escolar Referencial [versão digitalizada de documento original impresso]. Disponível em: <<http://seed.se.gov.br/arquivos/REGIMENTO.ESCOLAR.REFERENCIAL.pdf>>. Acesso em 01 set. 2019.

(SEED/SE). À primeira vista, pode-se imaginar que esse seja um problema local, contudo, a SEED/SE não está dissociada do quadro nacional brasileiro, e se encontra “a sua imagem e semelhança”, tal e qual a grande maioria dos órgãos dirigentes da Educação no país.

O problema da gestão documental, no caso do Arquivo Escolar, tem origem no *status* social da função escolar, ou mesmo da comunidade acadêmica. Os documentos escolares que permanecem como séries documentais no Arquivo Escolar (cadastro, ofícios, atas, atos, diários - ainda em formato tradicional), contêm informações sobre os estudantes e suas famílias. Essa fonte informacional tem o potencial de informar às autoridades públicas, pesquisadores, membros da segurança pública e serviços de inteligência, como vive e se desenvolve a comunidade servida por uma unidade escolar e o impacto da Educação em seu modo de vida, saúde e segurança. Por meio do período de observação do Arquivo Escolar Bosco Seabra, foi possível a aplicação da ferramenta de análise administrativo-ambiental SWOT, chegando ao seguinte diagnóstico (quadro 1).

Quadro 1 - Análise SWOT do Arquivo Bosco Seabra

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Documentação rara, relevante para pesquisa histórica e social.	Acervo acumulado, sem tratamento arquivístico; Ausência de profissional qualificado; Falta de restrição de acesso; Falta de controle de retirada de documentos; Inexistência de protocolos de trâmite.	Implantação de modelo de gestão com bases na teoria arquivística, documental e na legislação.	Falta de identificação da atividade técnico-administrativa de gestão de arquivos permanentes nas Redes e Sistemas Escolares Brasileiros.
Exclusividade do espaço para acomodação e guarda do arquivo, com qualidade ambiental.	Não possui mobiliário adequado; Não dispõe de invólucros adequados; Não possui equipamentos próprios de digitalização.	Adequação de mobiliário, equipamentos e procedimentos de gestão da informação e do conhecimento.	
Visão positiva por parte do gestor da unidade escolar.	Falta de identidade com a atividade da gestão da informação e do conhecimento documental, por parte do corpo técnico-administrativo e docente.	Sensibilização e disseminação do conhecimento, por meio da oferta de disciplina de “educação patrimonial”.	Resistência cultural.
Experiência acumulada pelo	Falta de compartilhamento dos procedimentos	Criação de procedimentos	Perda do conhecimento tácito do corpo técnico-

corpo técnico-administrativo.	técnico-administrativos; Falta de regras e modelos disseminados, para as boas práticas administrativas.	operacionais padronizados (POP).	administrativo, durante mudanças de mandato, como problema endêmico do serviço público.
--------------------------------------	---	----------------------------------	---

Fonte: Elaborado por Shirley dos Santos Ferreira, 2018.

O resultado da análise SWOT aplicada ao Arquivo “Bosco Seabra” implica na verificação de aspectos positivos e negativos da gestão documental. Nota-se que os profissionais da unidade escolar General Valadão são dedicados, determinados e estão lutando ativamente para prestar a melhor qualidade de serviços secretariais escolares. Contudo, a pequena equipe e a falta de recursos permanentes, mobiliário e consumíveis, dificulta o cotidiano da gestão documental.

Intuitivamente, a equipe observada, assim como outras congêneres no Estado, não tem treinamentos ou capacitação, criando soluções domésticas para a gestão documental, com resultados pouco eficientes diante de grandes esforços. A SEED/SE não possui profissionais da Informação em seus quadros funcionais e não tem recebido orientações dos órgãos superiores, em nível federal, para lidar com as questões de gestão documental. E, entre muitas preocupações, a SEED/SE se encontra sobrecarregada de prioridades, que são desafios em Sergipe e em território nacional.

Outro elemento importante da informação documental que deveria ser gerida nas unidades escolares é a questão da memória. Somente por meio dos Arquivos Escolares é possível verificar as trajetórias de vida de seus egressos. Esses são dados sensíveis e registrados pela equipe multidisciplinar da Educação, que podem dizer muito a respeito de grupos ou indivíduos que se destacam e influenciam o desenvolvimento local, regional e nacional. A memória também apresentará lacunas, documentará a exclusão ou tratamento diferenciado para determinados estudantes ou grupos sociais. Questões polêmicas, como a da inclusão escolar, só poderão ser compreendidas no futuro, por meio das memórias registradas pela equipe multidisciplinar da Educação, sendo que os dados alimentados no SIAE enfatizam somente a finalidade e finalização dos procedimentos e processos educativos. A memória falará dos percursos.

As iniciativas para aumentar a capacidade gestora das equipes escolares, assim como melhorar o nível de empregabilidade da comunidade sergipana em geral, tem sido concentrada na oferta de ensino profissionalizante e cursos de formação continuada (FIC) no Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB), voltados para a temática da Secretaria Escolar. Sendo assim, a

Diretoria de Educação de Aracaju (DEA) tem mobilizado os quadros da Rede Escolar para o problema da gestão secretarial como um todo.

Contudo, a amplidão dos problemas apontados pelo diagnóstico resultante da investigação em nível de mestrado utilizada como base para esse artigo, indica que é necessária a formação das equipes escolares em campo, contemplando seus expedientes de trabalho e particularidades das unidades escolares, assim como a publicação de materiais de orientação específicos sobre gestão documental.

No Brasil, não foram referidas na literatura casos de sucesso total, na questão da gestão documental dos Arquivos Escolares, mas algumas Secretarias Estaduais de Educação conseguiram promover treinamentos continuados em campo, enquanto outras recorreram à publicação e/ou publicização em suporte digital de manuais. O manual mais recente pertence à cidade de Petrópolis/RJ (2017), e reflete a realidade local de uma cidade turística, que possui recursos financeiros e um nível de educabilidade e empregabilidade alto em sua comunidade escolar.

Analisando a situação problemática das Secretarias de Educação Brasileira, que se deparam com grandes desafios e têm feito progressos significativos, a verificação científica de campo do ponto de vista da Ciência da Informação traz a constatação de que a brecha dos profissionais da Informação nos quadros da Educação é elemento de grande influência e impacto negativo nas questões de gestão documental das unidades escolares.

Por outro lado, a pouca dedicação dos acadêmicos e pesquisadores da Informação sobre o Arquivo Escolar também demonstra que a gestão documental e a utilização desses acervos como fontes de conhecimento primária e secundária não têm sido valorizadas. A falta de literatura especializada, trabalhos e pesquisas referenciadas, livros teóricos da Ciência da Informação em geral, Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação, traz a constatação de que o ambiente social do Arquivo Escolar não tem sido objeto de pesquisas especializadas nessas áreas.

Quanto à História da Educação, valoriza o Arquivo Escolar como fonte documental e pesquisa, espaço de cultura e memória. Muitos docentes e pesquisadores da Educação têm protagonizado a experiência de transformar os Arquivos Escolares em Centros de Documentação, com êxito. Um exemplo típico sergipano é o do Centro de Educação e Memória Atheneu Sergipense (CEMAS), concebido e liderado pela pesquisadora Eva Maria Siqueira.

Dessa forma, a Educação caminha no sentido correto, em busca da gestão documental de seus acervos documentais, mas ainda carece da discussão e concepção geral de diretrizes,

sistematização das boas práticas, adoção de padrões em nível nacional e consciência sobre o valor da salvaguarda da informação documental escolar como um todo. Verifica-se, portanto, que o Ministério da Educação (MEC) não tem liderado movimentos nesse sentido. No entanto, caberia à comunidade acadêmica a organização social necessária ao fomento de políticas públicas e padrões nacionais adequados a gestão documental dos Arquivos Escolares brasileiros, para aproveitar as experiências positivas e de êxito, com ênfase nas iniciativas dos pesquisadores da História da Educação.

CONCLUSÕES

A pesquisa e atuação profissional dos acadêmicos da Ciência da Informação ainda é incipiente dentro do espaço do Arquivo Escolar, ou seja, está no começo. A investigação sobre o referencial teórico, estado da arte e observação de campo demonstraram a necessidade informacional, de vital importância para a boa gestão e preservação desse tipo de acervo documental. Essa carência também é percebida e relatada em trabalhos dos pesquisadores da História da Educação, os quais sugerem que haja uma maior interação entre os profissionais e dirigentes da Educação com os acadêmicos e profissionais do campo da Ciência da Informação, em especial Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia.

Quando mencionamos que há ausência dos profissionais da Ciência da Informação, também estamos nos referindo a publicações sobre Arquivo Escolar. Não há trabalhos com a mesma profundidade e importância do que a História da Educação dá aos Arquivos Escolares. Os pesquisadores da História da Educação foram os predominantes, ao perceberem essa unidade de informação como objeto de observação científica e ambiente social de produção de conhecimento, fonte documental, espaço de memória. Sendo assim, as pesquisas em História da Educação superam a visão dos Arquivos Escolares como local “armazenador de burocracias, acumulador de papéis velhos e rasgados”.

Constatou-se que, caso exista a pesquisa e atuação dos acadêmicos e profissionais da Ciência da Informação, o Arquivo Escolar poderá se consolidar como fonte de conhecimento documental e exploração, já que é possível criar instrumentos de recuperação da informação documental por meio da representação temática e descritiva, planificação da classificação e catalogação dos documentos. A instituição de políticas de gestão documental também permitirá que as informações referentes ao funcionamento da unidade escolar e seus arquivos sejam melhores organizadas.

A equipe escolar multidisciplinar e técnico-administrativa, com ênfase nas funções secretariais, se encontrarão melhor equipadas e preparadas para o atendimento aos membros da comunidade escolar, egressos, assim como pesquisadores de diferentes níveis e especialidades, sendo que a obediência ao Direito Constitucional de acesso à informação deverá estar conjugada às questões de sigilo de dados pessoais e de coletividades.

Outra constatação é de que há uma urgência na criação e implantação da gestão documental nos Arquivos Escolares, para que esses possam apenas manter preservado em seus espaços os documentos que tenham o valor permanente e histórico, evitando assim que possuam documentos em estado de acumulação e contaminação por diferentes bibliófagos, assim como em condições ambientais que colocam em risco a vida humana, ao examinar os acervos.

Por meio da gestão documental dos Arquivos Escolares é possível se constituir a frisa histórica da unidade escolar, permitindo assim abrir seus acervos de valor permanente para pesquisas acadêmicas e não apenas para o funcionamento interno da escola, com trajetórias individuais, comunitárias, coletivas, nacionais, correspondendo temporalmente aos processos civilizatórios do Brasil, suas políticas públicas, etc.

Notou-se também a falta de documento norteador sobre a gestão documental e preservação dos Arquivos Escolares. As soluções que cada unidade escolar e secretários escolares criam, são seus próprios sistemas, de modo intuitivo. Apesar do grande esforço individual, as boas práticas também não costumam ser repassadas na sucessão de cargos ou na transferência de profissionais entre as unidades escolares. Ou seja, nada é registrado, além de prejudicar o desempenho do arquivo caso o responsável por ele venha a deixar o setor. O próximo que assumir tal função não saberá dar continuidade ao seu funcionamento, ou criará sua própria metodologia.

Sobretudo, como solução a ser discutida dentro e fora da Ciência da Informação, a adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) não pode ser imposta às equipes escolares. A sua implantação depende de capacitação e deve ser aceita pela cultura escolar. Uma introdução correta das TIC trará muitas soluções, uma vez que a apropriação desses recursos resultará em muita autonomia à equipe escolar, na produção de conhecimento e fixação dos elementos de memória local.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), como apoiadora dos estudos desenvolvidos em nível de mestrado da

autora principal desse artigo, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Também agradecemos à equipe escolar da Escola Estadual General Valadão, pertencente à Rede Estadual de Educação de Sergipe, localizada na cidade de Aracaju/SE, pelo total apoio e disponibilização de espaço, tempo, acervos, depoimentos voluntários de sua equipe, essenciais às constatações que preencheram a Dissertação de Mestrado e a suplantaram, em busca do aprimoramento da gestão documental dos Arquivos Escolares sergipanos e nacionais.

Nossa gratidão também se volta para o Grupo PLENA, coletivo de produção e discussão científica, no qual a troca de ideias criou o colégio invisível idealizado pela ciência e nos faz coautores do conhecimento coletivo, protagonistas nas linhas de pesquisa e contribuidores da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANDEP, 25, 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu/MG: Anped, 2002. p. 97-109. V1.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 01 set. 2019.

FERREIRA, Shirley dos Santos. **Arquivos Escolares como fonte de informação:** intervenção na elaboração de modelo de gestão documental. 2019, 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2019.

FEIJÓ, Virgílio de Mello. **Documentação e arquivos:** arquivos escolares. Porto Alegre: SAGRA, 1988

PETRÓPOLIS; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **MANUAL DO SECRETÁRIO ESCOLAR /** Departamento de Supervisão e Inspeção Escolar; Organização: Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Faria. – Petrópolis, RJ: Secretaria Municipal de Educação, 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, Eva. **Metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento.** Palestra proferida no III Colóquio do Museu Pedagógico, em 17 nov., 2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 2 set. 2018.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, João Carlos da et al. **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Editora Alínea, 2013.

SÃO PAULO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Manual de trabalho em arquivos escolares**. Elaboração de Teresa M. M. Baeza. São Paulo: CRE Mário Covas, IMESP, 2003. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/dhe/manual_de_trabalho_em_arquivos_escolares.pdf. Acesso em 12/12/2018.

SERGIPE; SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED). Portaria n°. 4971/2019/GS/SEDUC, de 23 de julho de 2019. Estabelece os prazos e responsabilidades quanto ao cadastramento de dados. Disponível em: <<http://seed.se.gov.br/ARQUIVOS/PORTARIA.PREENCHIMENTO.DOS.SISTEMAS-SIAE.PDF>>. Acesso em 01 set. 2019.

SERGIPE, SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED) Portaria n°. 5112/2019/GS/SEDUC, de 31 de julho de 2019. Institui o Diário Eletrônico como instrumento de registro da atividade docente. Disponível em: <<http://seed.se.gov.br/ARQUIVOS/PORTARIA-DIARIO.ELETRONICO.PDF> >. Acesso em 01 set. 2019.

SERGIPE, SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED). Regimento Escolar Referencial [versão digitalizada de documento original impresso]. Disponível em: <<http://seed.se.gov.br/arquivos/REGIMENTO.ESCOLAR.REFERENCIAL.pdf>>. Acesso em 01 set. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In: SILVA, João Carlos da et al. **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Editora Alínea, 2013.

Recebido/ Received: 03/09/2019 Aceito/ Accepted: 05/09/2019 Publicado/ Published: 11/09/2019
--

O PROFESSOR READAPTADO E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BIBLIOTECA ESCOLAR DE UMA ESCOLA ESTADUAL EM PORTO VELHO/RO

THE READAPTED TEACHER AND THEIR EDUCATIONAL PRACTICES IN THE SCHOOL LIBRARY OF A STATE SCHOOL IN PORTO VELHO, BRAZIL

Célia Reis Sales

Bibliotecária do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Mestranda do Programa em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (PPGE-UNIR). Graduada em História e Biblioteconomia e Documentação ambos pela UNIR. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória (MNEMOS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1949-2274> E-mail: celia.reis@ifro.edu.br

Jussara Santos Pimenta

Docente do Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGE-UNIR). Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Universidade de Lisboa. Líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória (MNEMOS). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5283-2509> E-mail: jussara.pimenta@unir.br

RESUMO

A Biblioteca Escolar deve ser um espaço que oferece múltiplas possibilidades para a comunidade escolar. Ela deve apoiar e auxiliar na complementação das atividades, desenvolvidas em sala de aula, pelos docentes. O objetivo dessa pesquisa foi verificar quais práticas educativas os professores readaptados que são responsáveis pela Biblioteca Escolar estão desenvolvendo, na B.E. de uma Escola Estadual, na cidade de Porto Velho/RO. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2019. Trata-se de um estudo de caso, e a metodologia que sustenta o trabalho está pautada pelo estudo descritivo e exploratório, com a utilização da técnica de levantamento bibliográfico e da observação, por uma abordagem qualitativa e pela entrevista semiestruturada. Por meio da coleta e análise dos dados, foi possível perceber que as práticas educativas, desenvolvidas na B.E. da escola, estão voltadas para pesquisa e leitura. Observou-se, também, que não há projetos organizados e coordenados sendo realizados na escola por esses profissionais.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Práticas Educativas. Professor Readaptado.

ABSTRACT

The school library should be a space that offers multiple possibilities for the school community. It should complement the activities developed in classroom by teachers. This research looks for an assessment of which educational practices the readapted teachers who are responsible for the school library are developing in a public school in Porto Velho, Brazil. The research was carried out in the first half of 2019. This is a case study, and the methodology that supports this work is guided by an exploratory study by using a bibliographic survey, the qualitative approach and the semi-structured interview. It was possible to realize, through collection and analysis of data, that the educational practices developed in the school library are focused on research and reading, and that there are no projects organized and coordinated by these professionals being developed in the school.

Keywords: School Library. Educational Practices. Readapted Teacher.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar tem como função formar cidadãos críticos e participativos, pois a escola tem uma função que é específica dela, a função de ensinar. Neste sentido, Campello et al. (2010) assegura que a biblioteca escolar é o espaço essencial para que se desenvolva atividades de produção do conhecimento, que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem.

Defende-se, como indispensável, a presença de profissionais qualificados para desenvolverem atividades técnicas (como organização e seleção do acervo), atividades de ações culturais e de mediação na pesquisa escolar.

Contudo é cada vez mais evidente a ausência desse profissional na Biblioteca Escolar, seja por falta de concursos públicos, interesse da administração pública ou pelo número reduzido de bacharéis em Biblioteconomia para ocupar essa função. Todavia, mesmo existindo diversos fatores negativos, não podem ser motivos para o isolamento e esquecimento da biblioteca. Para Zimmermann, Paula e Ohira (2017):

A biblioteca escolar ainda é um mito em muitas escolas públicas brasileiras. Na prática descobrimos muitas escolas sem biblioteca, e quando existe, muitas vezes, está em situação precária e não conta com a presença do bibliotecário. Sendo este um espaço obsoleto, que não desempenha seu papel de interação educacional e não oferece, assim, condições para o desenvolvimento das atividades mencionadas acima e que auxiliariam no trabalho de incentivo a leitura e formação de leitores (ZIMMERMANN, PAULA E OHIRA, 2017, p. 163).

A B. E. deve ser um espaço que oferece múltiplas possibilidades para a comunidade escolar. Ela não precisa existir por uma mera formalidade, mas sim porque deve ter significado e relevância dentro da instituição, tendo como objetivo colaborar com o aperfeiçoamento da educação dos discentes, devendo apoiar e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Costa (2013):

A biblioteca integra a escola, disponibiliza informação e auxilia os professores nas ações pedagógicas e no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a biblioteca escolar prepara o indivíduo para a aprendizagem ao longo da vida, proporciona o desenvolvimento do pensamento crítico e inovador (COSTA, 2013, p. 24).

É imperativo que a biblioteca escolar ocupe um lugar de destaque dentro do ambiente escolar, ou seja, que seja vista como um espaço agradável, atrativo e mediador do ensino, despertando nos educandos a busca por conhecimentos além da sala de aula.

É preciso que essa unidade de informação, dentro do ambiente escolar, proporcione atividades aos seus usuários, e que estas possam contribuir com o ensino-aprendizagem. Neste sentido, a existência de dois elementos torna-se fundamental para o ambiente educacional: um espaço adequado para a biblioteca e um profissional qualificado para desenvolver essas atividades em harmonia com os discentes da instituição.

Na cidade de Porto Velho-RO, foi realizada uma pesquisa pelo Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória – MNEMOS da UNIR – Universidade Federal de Rondônia, na Linha de Pesquisa Biblioteca Escolar. A partir dos dados coletados pelo grupo, constatou-se que em nenhuma das B . E. das escolas da Rede Estadual de Ensino Público possui bibliotecários. Contudo esses ambientes educacionais deveriam ser gerenciados por um profissional capacitado com habilidades e competências nesta área. O profissional responsável pela Biblioteca Escolar precisa ser um bibliotecário, porém a realidade, nas bibliotecas escolares brasileiras, indica um número reduzido desses profissionais.

Conforme estudo técnico sobre a aplicação da Lei nº 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares, nos sistemas de ensino no Brasil, e que determina a obrigatoriedade do profissional bibliotecário como gestor da B.E., constatou-se a inviabilidade de aplicação dessa Lei por falta de profissionais formados para atuarem em todas as B.E do país. O estudo técnico fez algumas sugestões de alterações na Lei, primeiramente, pelo número insuficiente de bibliotecas, ou seja, em todas as regiões do país, onde verifica-se que há um número inferior de bibliotecas em comparação com o número de escolas. Outro problema apontado é o número de bibliotecários formados que, segundo o estudo técnico, não são suficientes para atender a demanda de todas as bibliotecas das instituições de ensino localizadas nos municípios do país. O estudo propôs seis alterações na Lei 12.244/2010, visando sua aplicabilidade após essas adequações do ponto de vista legal:

- 1) Ampliação de novo prazo para que as escolas de todo o país possam cumprir a meta da universalização das bibliotecas. Sugere-se a data simbólica de 2022, data que o Brasil comemora duzentos anos de sua formação como estado nacional autônomo;
- 2) Definição de um orçamento previsto na Lei para que os respectivos sistemas de ensino invistam um determinado percentual de seus recursos na implantação e modernização das bibliotecas escolares;
- 3) Estabelecimento de algum tipo de sanção para as escolas que não cumprirem com os requisitos mínimos exigidos pela Lei (exemplo: suspensão de repasse de recursos da União, dos Estados e dos Municípios para as escolas);
- 4) Obrigatoriedade de criação por parte do Poder Executivo, via Ministério da Educação, de um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, a exemplo

do já existente em relação às bibliotecas públicas do país, que é gerido pela Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura (MinC)²⁴;

5) Fiscalização referente ao cumprimento da Lei, seja por parte dos órgãos que têm a tutela jurisdicional (Ministério Público, Tribunal de Contas), seja de órgãos de classe (Conselho Federal de Biblioteconomia e sindicatos de professores, por exemplo);

6) Ampliação do conceito de Biblioteca Escolar que se encontra muito restrito na atual legislação: “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (art. 2º). Nos tempos atuais, a biblioteca escolar tem que contemplar as diversas e possíveis atividades de organização e gerenciamento de seu acervo, mediante o uso de tecnologias digitais, de tal forma que ela possa cumprir sua função social na escola. Com o advento dos novos suportes de informação e tecnologia, é inadmissível que a biblioteca escolar não esteja conectada à rede mundial de computadores e possa dela se servir para trocar informações com outras bibliotecas escolares e públicas do país ou permitir o empréstimo de livros digitais entre as mesmas (ORIA, 2017, p. 20).

Dessa forma, percebe-se alguns empecilhos para a implantação da Lei até 2020. Não há clareza sobre quem ficará responsável pela implantação das bibliotecas e de onde sairão os recursos financeiros. Não foram esclarecidos quais projetos educacionais deverão ser desenvolvidos nestes espaços. Ademais, a criação das bibliotecas não assegura que serão utilizadas como agentes de transformação. Essa Lei, criada com o objetivo de reforçar a inserção dos profissionais Bibliotecários nas escolas até 2020, determina a construção e a organização de um acervo de acordo com o número de discentes nas B.E.

A partir dessa realidade, e percebendo a relevância da B.E, no ambiente educacional, constatou-se, a partir da pesquisa realizada, que os responsáveis por esses espaços são professores readaptados (que foram diagnosticados com algum problema de saúde física ou psicológica). Existem profissionais que, pelo pouco tempo que falta para a aposentadoria, estão afastados da sala de aula aguardando o tempo de serviço. Esses professores readaptados não receberam formação para atuar nessas unidades de informação, dessa forma, acabam recebendo críticas e muitas vezes sendo apontados como culpados pela falta de integração entre biblioteca e sala de aula, mas principalmente nos aspectos relacionados à pesquisa e à leitura.

Percebe-se que as produções científicas, as quais têm como foco de estudo as práticas pedagógicas dos professores readaptados que atuam em bibliotecas escolares, ainda é um campo a ser explorado, em ambiente nacional, principalmente no Estado de Rondônia. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo compreender, a partir do levantamento bibliográfico e da pesquisa exploratória, quais práticas são desenvolvidas pelos professores readaptados nesse novo espaço de trabalho fora da sala de aula.

2 O ADOECIMENTO DOCENTE E A READAPTAÇÃO NA BIBLIOTECA ESCOLAR

Durante o exercício da docência, em uma escola pública da Rede Estadual do Estado de Rondônia, na cidade de Porto Velho, e ao fazer o levantamento desses profissionais, nas B. E, logo no início da pesquisa, constatouse que há um número expressivo de professores que adoeceram e, por esse motivo, foram lotados em algum dos ambientes escolares, como bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática. Em algumas bibliotecas, foi evidenciada a existência de mais de um professor lotado na B.E. Segundo Mendes et al. (2008):

Um dos sentidos do trabalho é o prazer. Esse prazer emerge quando o trabalho cria identidade. Possibilita aprender sobre um fazer específico, criar, inovar e desenvolver novas formas para execução da tarefa, bem como são oferecidas condições de interagir com os outros, de socialização e transformação do trabalho. (...) permite que o trabalhador se torne sujeito da ação, criando estratégias, e com essas possa dominar o seu trabalho e não ser dominado por ele, embora nem sempre isso seja possível, em função do poder da organização do trabalho para desarticular as oportunidades para uso dessas estratégias (MENDES et al., 2008, p. 51).

Trabalhos científicos indicam, em seus resultados, que as condições de trabalho, impostas aos docentes da Educação Básica, estão implicando em problemas de saúde. São muitos aspectos que estão provocando o adoecimento dos docentes, como afirma Miguez e Coelho:

A desvalorização profissional, carga horária de trabalho excessiva e baixos salários, evidenciam o tamanho do problema enfrentado pelos profissionais docentes brasileiros. Muitos deles têm migrado para outras áreas em busca de melhores condições de trabalho, e onde possam obter um melhor retorno financeiro. Aqueles que ainda desejam continuar na docência sofrem diariamente com os diversos problemas vivenciados no ambiente escolar (MIGUEZ; BRAGA, 2018, p. 705 *apud* COELHO; DINIZ-PEREIRA, 2017).

Nóvoa (1999) corrobora ao afirmar:

A crise da profissão docente arrasta-se há longos anos e não se vislumbram perspectivas de superação a curto prazo. As consequências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos: desmotivação pessoal e elevados índices de absentismo e de abandono, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e de indisposição constante (face ao Ministério, aos colegas, aos alunos, etc.), recursos sistemático a discursos-alibi de desculpabilização e ausência de uma reflexão crítica sobre a ação profissional, etc. Esta espécie de autodepreciação é

acompanhada por um sentimento generalizado de desconfiança em relação às competências e à qualidade do trabalho dos professores, alimentado por círculos intelectuais e políticos que dispõem de um importante poder simbólico nas actuais culturas de informação (NÓVOA, 1999, p. 22).

É importante perceber que o adocimento tem implicado no afastamento desses profissionais da sala de aula, dessa forma, são encaminhados para desenvolverem suas atividades em um novo ambiente dentro da escola, como a Biblioteca Escolar. Sobre o trabalho do professor readaptado, nas bibliotecas escolares, é mister afirmar que este é colocado na biblioteca escolar em um ambiente fora da sua área de formação, exercendo a função do profissional bibliotecário, sem ter a devida habilitação e técnica. “Deixando de lado suas competências pedagógicas por falta de apoio, valorização, assumindo um papel gerenciado por questões políticas em que lhe é retirada a subjetividade e autonomia que possuía em sala de aula” (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 298).

A forma como esse profissional é encaminhado para desenvolver suas atividades na B. E. pode causar uma crise na sua identidade profissional, uma vez que o docente fazia parte de um contexto muito distinto dentro da instituição de ensino. Sobre a identidade profissional, Pimenta contribui:

[..] se constrói a partir da significação social da profissão [...] constrói-se também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor confere à atividade docente de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida: o ser professor. Assim, como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos, e em outros agrupamentos (PIMENTA, 1999, p.15).

Percebe-se que esses profissionais, quando lotados nesse novo ambiente escolar, não recebem suporte da direção da escola para que possam se adaptar a essa nova realidade de trabalho. Assim, muitos não sabem qual o seu papel dentro da escola e nem quais práticas educativas desenvolver. Pode-se afirmar que “a biblioteca é importante ou é capaz de ser efetiva porque é um espaço diferente da sala de aula. Parte de seu papel educativo está em ser um lugar com práticas e vivências diferentes das experimentadas em sala de aula” (FELIX, 2014, p. 109).

Ao ser designado para trabalhar na biblioteca, tanto os gestores quanto o docente, devem ter ciência que esse profissional continua sendo um educador e que pode e deve desenvolver atividades, as quais tenham como objetivo complementar e enriquecer a experiência dos discentes, contribuindo com o processo de formação desses indivíduos. Dessa forma, esses profissionais continuarão exercendo uma função educativa dentro da escola.

Evidencia-se, portanto, que existe um impacto na realidade desses professores readaptados, que passam a ser responsáveis por esses espaços e pela função educativa da B.E. Os espaços destinados à B.E., na Rede Pública de Ensino, são improvisados e nada atrativos para os alunos. Alguns deles foram convertidos em verdadeiros depósitos de livros, não possuem nenhum atrativo para os usuários e também não contam com um profissional bibliotecário.

Desse modo, a B. E. deve ter um espaço físico adequado e agradável, a fim de que esse profissional tenha uma visão positiva e, dessa forma, tenha confiança em relação ao seu novo ambiente de trabalho. Corte e Bandeira (2011) destacam que a função da Biblioteca Escolar também deve dar suporte aos programas educacionais e curriculares:

A biblioteca escolar exerce, com suas atividades, um papel político, educativo, cultural e social, contribuindo para:

- ampliar as oportunidades de educação e conhecimento dos alunos;
- colocar à disposição dos alunos acervos e informações que
- complementam o currículo escolar;
- promover e facilitar o intercâmbio de informações;
- promover a formação integral do aluno;
- tornar-se um ambiente social, cooperativo e democrático;
- facilitar a ampla transmissão da arte, da ciência e da literatura (CORTE; BANDEIRA, 2011, p. 6).

É visível que esses profissionais têm um grande desafio ao serem inseridos como responsáveis pela biblioteca, pois terão que desenvolver suas práticas educativas, nesse novo ambiente, e sem possuírem familiaridade com esse espaço durante sua formação na Educação Básica. Possivelmente, não trouxeram, ao longo da sua formação, o hábito pela leitura, assim, quando se tornam responsáveis pela B.E., não recebem orientação e nem apoio da gestão e da coordenação pedagógica. Esses profissionais, quando remanejados da sala de aula, por problemas de saúde, lotados em espaços como a B. E, podem apresentar dificuldades em desempenhar ações que envolvam a biblioteca, alunos e os docentes da instituição.

Assim, é primordial que os professores readaptados, atuando nas bibliotecas das escolas da rede pública, possam ser motivados e orientados a desenvolver suas práticas. Por esse motivo, a pesquisa justifica-se ao reconhecer a biblioteca como um espaço essencial no ambiente escolar, que deve ser percebida e reconhecida pela comunidade educacional como um local dinâmico e primordial no processo de ensino-aprendizagem. É importante ressaltar que a presença do profissional bibliotecário, à frente das bibliotecas escolares, é o modelo ideal, contudo a realidade em que vivemos configura-se de outra maneira. Sendo assim, é

fundamental saber quais experiências, motivações e práticas que este novo responsável pela biblioteca almeja, pode e exercita nessa nova realidade laboral.

3 PRÁTICAS EDUCATIVAS FORA DA SALA DE AULA: ATIVIDADES QUE OS DOCENTES READAPTADOS PODEM DESENVOLVER NA BIBLIOTECA ESCOLAR

De forma interdisciplinar, uma das funções da B. E. é servir de apoio pedagógico no processo de ensino-aprendizagem. Ela pode oferecer experiências diferenciadas que não se limitam à sala de aula, como habilidades artísticas, linguísticas e culturais. Dessa forma, qual seria a postura desses profissionais frente a esse desafio de desempenhar suas práticas pedagógicas em um ambiente que não é mais a sala de aula?

A partir dos apontamentos de Day (2001), infere-se que o desenvolvimento profissional docente é um processo permanente, uma vez que “ser docente” é estar sempre em busca de novos conhecimentos, adaptar-se a mudanças, buscar e propor soluções para situações que dificultem o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Day (2001) afirma:

O desenvolvimento profissional envolve todas as experiências espontâneas de aprendizagem e as atividades conscientemente planejadas, realizadas para benefício, direto ou indireto do indivíduo, do grupo ou da escola e que contribuem, através destes, para a qualidade da educação na sala de aula. É o processo através do qual os professores, enquanto agentes de mudança, veem, renovam e ampliam, individual ou coletivamente, o seu compromisso com os propósitos morais do ensino, adquirem e desenvolvem, de forma crítica, juntamente com as crianças, jovens e colegas, o conhecimento, as destrezas e a inteligência emocional, essenciais para uma reflexão, planificação e prática profissionais eficazes, em cada uma das fases das suas vidas profissionais (DAY, 2001, p. 20-21).

Como integrar as práticas educativas do professor readapado ao seu novo espaço de trabalho? É importante que esses profissionais entendam que a função deles não é a mesma de um bibliotecário, e que é possível que sejam desenvolvidas e organizadas, por eles, ações culturais e de incentivo à leitura e identificação de gêneros textuais. Dessa forma, será possível propiciarem a troca de ideias, da interdisciplinaridade, mediando e auxiliando os demais docentes da instituição.

Do ponto de vista do processo de ensino-aprendizagem, a biblioteca deve contribuir com práticas de incentivo à leitura e à pesquisa, além de desenvolver projetos interdisciplinares em parceria com discentes de várias áreas do conhecimento. Para que a

biblioteca seja de fato incluída na prática pedagógica docente, é essencial que ela ofereça materiais bibliográficos de qualidade, recursos informacionais e tecnológicos, com serviços planejados em parceria com os docentes. Freire (2013, p. 30-31) afirma que é impossível haver “ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” e reitera: “Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho. Intervindo educo e me educo”.

Nesta perspectiva, Chagas (2014) assegura que para que a biblioteca seja um ambiente que propicie aos usuários um ambiente de aprendizagem ela precisa:

Mais do que organizar e preservar a informação, a biblioteca se traduz como um ambiente social, ideal para oferecer e facilitar em várias fontes e suportes a busca da informação, um lugar alegre, vivo, dinâmico, aconchegante, agradável, e organizado, elementos essenciais no processo educacional, e de grande importância para o desenvolvimento de ações educativas, tais como: História em quadrinho; Concurso de poesia; Hora do conto; Exposições; Mural de notícias; Palestras; Datas comemorativas; Oficinas de biografias; Pesquisas, entre outros (CHAGAS, 2014, p. 34).

Essas ações podem ser realizadas pelos professores readaptados, de forma conjunta com outros docentes, por meio de projetos interdisciplinares. Elas têm uma função importante no processo de aprendizagem dos discentes e podem ser organizadas por outro profissional que não seja o bibliotecário. Assim, desenvolver competências para buscar, analisar, selecionar informações, estimulando o desenvolvimento intelectual dos educandos não é uma tarefa exclusiva do profissional bibliotecário e pode ser uma opção para que os professores readaptados desempenhem suas práticas educativas na B.E.

4 MÉTODO

Este artigo expõe e exemplifica a aplicação de uma metodologia que se fundamenta na seleção e na priorização de dados bibliográficos que representam o estado da arte sobre a temática abordada. Nesta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa expressa por Ludke e André (1986):

A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. Por exemplo, se a questão que está sendo estudada é a da indisciplina escolar o pesquisador procurará presenciar o maior número de situações em que esta se manifeste o que vai exigir um contato direto e constante com o dia- a- dia escolar (LUDCKE; ANDRÉ, 1986, p. 11).

Para realizar a pesquisa, optou-se pelo método descritivo e exploratório, com a utilização de três técnicas: o levantamento bibliográfico, a observação participante na investigação e, como instrumento de coleta de dados, foi realizada uma entrevista com um roteiro estruturado para responder aos objetivos propostos. O estudo teve caráter exploratório, pois de acordo com Gil (2002, p. 41) “a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro e passível de construir hipóteses, aprimorar ideias e descobrir intuições”. Sendo assim, foram analisados aspectos particulares sobre os profissionais que atuam na B.E. dessa Escola Estadual na cidade de Porto Velho-RO.

A primeira fase da pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico e, posteriormente, na análise do material selecionado para que fosse possível consolidar a fundamentação teórica da pesquisa. Segundo Köche (1997, p. 122), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo: “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa”. Dessa forma, para selecionar o material bibliográfico que embasou a pesquisa, foi realizado o cotejamento de artigos, dissertações e teses que abordavam a temática: A Biblioteca Escolar, o Professor Readaptado e Adoecimento Docente. Considerou-se, para o levantamento bibliográfico nas bases de dados, pesquisas sobre a temática desenvolvidas no Brasil no período de 2000 a 2019.

5 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme dados obtidos pelo Censo Escolar de 2015¹, a Rede Estadual de Educação do Estado de Rondônia é formada por quatrocentos e quarenta escolas. Sendo que duzentas e noventa e cinco (67%) dessas unidades estão localizadas na área urbana.

Segundo dados divulgados pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia – SEDUC, durante a chamada escolar, realizada no início de 2018, em Porto Velho, capital do Estado, a Rede Estadual de Ensino conta com oitenta e seis escolas, que, somadas às quatorze extensões instaladas em distritos e outras localidades dentro do município, completa um total de cem escolas.

Hubner, Pimenta e Soeiro (2019, p. 175) dão a seguinte contribuição sobre a situação da B.E. das Escolas da Rede Estadual de Ensino na cidade Porto Velho: “verificou-se que elas

¹ Dados obtidos no Panorama dos Territórios, que teve como objetivo reunir um conjunto de informações sobre os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal com o objetivo de produzir um raio-x do Ensino Médio em cada unidade da federação. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Panoramas_RONDONIA.pdf

estão instaladas em locais impróprios, com acervos sem tratamento apropriados, com o acervo desatualizado e muitas com aspectos de depósito de livros didáticos”.

Esses dados corroboram com Maroto (2009), que afirma:

Muitas escolas públicas, ainda hoje, subestimam ou ‘ignoram’ a importância que os recursos bibliográficos e outras fontes de informação disponíveis na biblioteca escolar representam para o processo ensino-aprendizagem. Por esse motivo, estão frequentemente desativando esse espaço, quando existe, para dar lugar a uma sala de aula ou para desenvolver outras atividades consideradas mais relevantes (MAROTO, 2009, p. 63).

É notório que a B.E. continua sendo ignorada pelo poder público e que a situação delas, na cidade de Porto Velho, confirma essa percepção, pois são espaços inaquedados, com acervos desatualizados e sem profissional bibliotecário para gerenciar essas unidades. Na pesquisa realizada por Hubner, Pimenta e Soeiro (2019, p. 175), foi constatado também que não há bibliotecários em nenhuma das B.E. das escolas públicas da Cidade de Porto Velho, cabendo aos professores readaptados a responsabilidade pelo funcionamento desses espaços.

A presente pesquisa foi realizada numa Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio. Essa é uma das escolas mais antigas da cidade de Porto Velho e está localizada numa área central da capital rondoniense. Atualmente, conta com cento e quarenta e nove servidores em seu quadro de funcionários, atende a, aproximadamente, mil e oitocentos alunos, nos três turnos, sendo quinhentos e quarenta e oito alunos no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, no turno matutino, quinhentos e sessenta e um, no turno vespertino, do 9º ano no Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, quinhentos e sessenta, no turno da noite, no qual a modalidade de ensino é o EJA-Educação de Jovens e Adultos no Fundamental e Médio. No ano de 2017, foi implementada a modalidade de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental, no turno da noite, do 6º ao 9º ano.

A biblioteca é ampla e climatizada por duas centrais de ar e bem iluminada. O mobiliário é padronizado de acordo com os demais equipamentos da escola. É composto por (6) estantes onde estão organizados os livros que são emprestados, (5) estantes deslizantes, onde estão organizadas as reservas técnicas dos livros didáticos por disciplinas e séries. Porém esse acervo os alunos não têm acesso, apenas os professores e os responsáveis pela biblioteca.

Nesse espaço, coabitam todas as suas áreas funcionais: atendimento ao público, espaço de estudo e pesquisa e o acervo que está disponível para empréstimos domiciliares, o qual é de livre acesso aos usuários. Segundo o professor responsável pela biblioteca, o acervo possui

aproximadamente 3.000 mil títulos. Ademais, a organização do acervo é padronizada por cores.

A equipe da biblioteca é composta por três servidores, dois professores readaptados e um técnico administrativo. Um dos professores trabalha no período matutino, o técnico, no horário vespertino e o outro, no período noturno. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, organizado de acordo com os horários das aulas: pela manhã das 7h30 às 11h45, pela tarde das 13h30 às 17h45 e à noite das 19h às 22h.

Participou da pesquisa apenas um dos servidores, pois os sujeitos da pesquisa são professores readaptados. Um dos servidores não contempla esse aspecto e o outro optou por não participar. O sujeito da pesquisa possui graduação em Geografia e fez Pós-Graduação em Gestão Escolar e há cinco anos está lotado na B.E. Precisou ser readaptado por problemas de saúde, pois foi diagnosticado com artrite.²

Para responder ao objetivo da pesquisa, que foi analisar e relatar a prática docente dos professores readaptados, responsáveis pela Biblioteca Escolar, optou-se por realizar uma entrevista com roteiro semiestruturado. De acordo com Lüdke e André (1986), essa técnica é importante pois:

Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde especialmente entrevistas não totalmente estruturadas, onde há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que lê detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33-34).

As informações obtidas foram transcritas na sua íntegra. Em seguida, realizou-se uma leitura detalhada e cuidadosa de todo o material a fim de destacar os tópicos evocados que contestavam as perguntas iniciais da pesquisa.

Quando questionado sobre qual o sentimento dele como professor responsável pela Biblioteca Escolar, obtivemos a seguinte resposta: “Uma rotina, meu segundo lar. Todo dia, todas as manhãs, estou aqui. É uma sequência da prática, fico observando a leitura do aluno. Meu relacionamento com os outros professores é normal, fico meio isolado, mas tranquilo. Eu me agarro na leitura, quando sinto saudades de lá vou na sala dos professores, falo e volto, e

² Após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP/UNIR, realizamos três observações iniciais na B.E. e foi solicitado que o participante assinasse o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido – TCLE.

procuro ser útil e atender, na medida do possível. É um eterno aprendiz, é um novo contexto”.

Essa questão teve o objetivo de saber se o profissional tem o sentimento de outra função dentro do espaço escolar, já que não está mais na sala de aula. E o sentimento do sujeito é que mesmo lotado em outro setor ele continua sendo docente. É importante ressaltar que, em nenhum momento, durante a entrevista e as observações no local da pesquisa, o professor, nas suas falas, disse que era “um bibliotecário”, mas sempre reafirmou que continuava sendo docente.

É importante mencionar que, sem esses profissionais nas B.E., os espaços estariam fechados e não estariam acessíveis aos educandos. Além disso, número de empréstimos realizados no período que esse profissional está na biblioteca é expressivo, assim como a procura dos alunos para fazer pesquisa. Nesse sentido, Duarte (2019) afirma:

Sendo a escola tão importante para a formação do indivíduo e a biblioteca incluída nesse contexto, é de fundamental importância que os profissionais envolvidos com este ambiente, estejam dispostos a fazer da experiência escolar, que é tão significativa, uma possibilidade de novas vivências (DUARTE, 2019, p. 72).

É preciso que os profissionais que trabalham na B.E. percebam a importância desse espaço para a formação dos alunos, e que muitos só conhecem a biblioteca porque ela faz parte da escola, além de ser repleta de possibilidades para auxiliar na complementação dos conteúdos ministrados pelos docentes na sala de aula.

Sobre as atividades que eles desenvolvem na Biblioteca Escolar, obteve-se a seguinte resposta: “Aqui é só a questão da leitura. Estimulo eles aqui, falo na sala de aula. Eu sempre estimulo, vou lá, falo com eles. Aqui é só pesquisa. Não tem recursos. Tem aquele armário cheio de DVD’s, mas nenhum professor usa para fazer uma aula diferente. Alguns professores trazem os alunos para fazer pesquisa. Ficamos sempre na mesmice”.

Sobre esse contexto Ramos e Silveira (2019) afirmam:

Ponderamos que as bibliotecas escolares devem oferecer diferentes práticas pedagógicas intencionais, orientadas e sistematizadas por meio dos produtos e serviços ofertados, considerando as demandas apresentadas pelos estudantes e professores (as), bem como a realidade da escola e os saberes dos estudantes e da comunidade local, que deve ser integrada à escola (RAMOS; SILVEIRA, 2019, p. 108).

Na B.E., podem ser realizadas atividades que incentivem o hábito e a prática da leitura, pois o acervo da biblioteca conta com exemplares de literatura infanto-juvenil, que são

considerados clássicos, e podem ser utilizados de forma mais valorizada. É possível desenvolver, na escola e na própria biblioteca, projetos de leitura e de pesquisa sobre os autores das obras que fazem parte do acervo (Ruth Rocha, Monteiro Lobato e Ana Maria Machado e outros) e não é necessário que seja um profissional bibliotecário para realizar atividades como essas.

Sobre as práticas pedagógicas, nesse novo ambiente de trabalho, obteve-se a seguinte resposta: "A pesquisa e o incentivo à leitura, somente".

A partir da realidade da escola, que atividades poderiam ser desenvolvidas/organizadas pela B.E.?

“Atividades de incentivo à leitura, estimular a leitura em todas as disciplinas, fazer trabalhos interdisciplinares. Como não tem recursos, fica difícil. Eu fico aqui esperando. Falo: professor traga os seus alunos, tem muito material para pesquisa. Revistas de todas as áreas (História, Língua Portuguesa, Cálculo, Carta Capital, Filosofia), livros de leitura e de suporte para os professores. Tanto os professores, quanto os alunos, não têm interesse em vir na biblioteca. Só os professores de História e Língua Portuguesa que vêm aqui”.

As duas últimas questões tiveram como objetivo saber quais eram as práticas educativas desenvolvidas na B.E., e constatou-se que as atividades desse profissional estão voltadas para leitura, mas não há nenhum projeto em andamento desenvolvido pela B.E. Essa atividade só acontece quando os professores levam seus alunos ao espaço, ou quando os próprios discentes procuram livros no acervo para lerem em suas casas. De acordo com Campello “[...], é necessário mudar o nosso discurso da miséria da biblioteca escolar para o do potencial da biblioteca escolar; expandir a ideia da biblioteca apenas como promotora da leitura para promotora da aprendizagem (CAMPELLO, 2012, p. 16).

Percebe-se que, apesar da B.E. se apresentar como um espaço de aprendizagem, pois é um espaço detentor de recursos informacionais, não é explorado da maneira como poderia. Tal fator pode ser consequência da falta de conhecimento do profissional responsável pelo espaço, porque não tem ideia da sua função dentro desse novo ambiente escolar quando é readaptado e lotado na B.E.

Os professores readaptados, diante dessa nova realidade laboral, podem desenvolver projetos interdisciplinares em parceria com outros professores. O espaço da biblioteca na escola pode e deve propiciar essas atividades, pois elas visam despertar a criatividade nos discentes e aprimorar o desempenho escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo investigar quais são as práticas educativas desenvolvidas pelos professores readaptados na B.E. de uma Escola Estadual da capital Porto Velho-RO. Partiu-se do entendimento de que, a realidade das B.E. da cidade, em consonância com as afirmações realizadas por Hübner, Pimenta e Soeiro (2019), não contam com a presença de um profissional bibliotecário e que a presença de professores que estão sendo readaptados nesses espaços educacionais é recorrente, pois eles não estão tendo condições de continuar em sala de aula, principalmente, por problemas de saúde. O caminho percorrido revelou que o professor, lotado nesse espaço, por motivo de adoecimento, e que as suas atividades desenvolvidas na B.E. estão relacionadas com leitura e pesquisa escolar.

Constatou-se, também, que os professores não “ocupam” o lugar de um profissional bibliotecário, pois não há perspectivas de realização de concursos para essa função nas escolas, e os únicos bibliotecários contratados, no último concurso, realizado pela SEDUC, estão lotados na Secretaria de Educação e não nas escolas, pois há apenas dois contratados, além das mais de oitenta escolas estaduais apenas na cidade de Porto Velho, sem mencionar as escolas do interior do estado.

Caso esses profissionais sejam impedidos de trabalhar nesses espaços, certamente as B.E. ficariam fechadas e não funcionariam mais, como acontece quando esses professores ficam doentes e não podem exercer suas atividades nas B.E.. Acredita-se que, ao invés de esperar que o poder público se organize e cumpra o que está estabelecido na Lei 12.244/10, que esses profissionais sejam capacitados por Bibliotecários para desempenhar suas práticas pedagógicas na biblioteca. Dessa forma, quando os profissionais bibliotecários chegarem nesses espaços, por meio de concursos públicos, poderão contar com a parceria desses professores.

Podemos inferir que a B.E. é um local de mediação do ensino, onde devem ser realizadas atividades interdisciplinares, mediando e auxiliando docentes em suas práticas pedagógicas, pois além de ser um ambiente de convivência social, onde são planejadas e desenvolvidas atividades culturais e de incentivo à leitura, também deve proporcionar aos discentes a possibilidade de realizarem suas pesquisas escolares. No entanto, a realidade das B.E. no Brasil mostra um retrocesso em comparação a países como Espanha e Portugal, pois enquanto estamos discutindo e esperando a universalização das B. E. e de um profissional capacitado para atuar nesses espaços informacionais, nesses países já é um fato consolidado.

É importante ressaltar que os professores readaptados que desenvolvem suas atividades nas B. E. têm se esforçado para cumprir uma função para qual não receberam formação e incentivo. Muitos desses professores estão atuando em ambientes que não possuem um espaço físico adequado e que lutam contra condições muito adversas. Contudo, mesmo com essa realidade, estão na B. E. desenvolvendo atividades que contribuem com o processo de ensino-aprendizagem.

Existe uma visão equivocada sobre a função de que o professor readaptado exerce ao sair da sala de aula por motivos de saúde, pois quando designado para trabalhar na B.E. ele não irá desempenhar o papel de bibliotecário, uma vez que não possui formação profissional para exercer essa função. A presença desses profissionais deve ser aproveitada e valorizada, pois não escolheram sair da sala de aula para cuidar da biblioteca, e muitos não recebem nenhuma orientação de como continuar com suas práticas educacionais nessa nova realidade laboral.

O professor, ainda que não esteja exercendo a docência por adoecimento, continua ocupando o lugar de docente. Contudo o professor agora está em outro espaço da escola, mesmo podendo continuar desenvolvendo práticas pedagógicas. Portanto esses profissionais readaptados continuam tendo uma função dentro do ambiente escolar e precisam de subsídios para desenvolver o seu trabalho dentro dessa nova realidade de trabalho. Além disso, os docentes readaptados devem ter consciência que continuam exercendo um papel fundamental como educadores, embora não esteja desempenhando suas atividades dentro da sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 20 out. 2018.

CAMPELLO, Bernadete. **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMPELLO, Bernadete. Ferreira; et al. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHAGAS, Joanne Alves das. **Práticas de leitura e disseminação da informação na biblioteca escolar**. 2014. 74f. João Pessoa. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2014/praticas-de-leitura-e-disseminacao-da-informacao-em-biblioteca-escolar.pdf> Acesso em: 10 nov. 2018.

COELHO, Ana Maria Simões; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Olhar o magistério " no próprio espelho": o conceito de profissionalidade e as possibilidades de se repensar o sentido da profissão docente. **Revista Portuguesa de Educação**, v.30, n.1, p.7-34, 2017. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/861/781>. Acesso em: 01 nov. 2018.

COSTA, Jéssica Fernandes. **O papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem**. 2013. 95f. Brasília. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Brasília: Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6092/1/2013_JessicaFernandesCosta.pdf Acesso em: 10 nov. 2018.

CORTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

DAY, Christopher. **Desenvolvimento profissional de professores: os desafios da aprendizagem permanente**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2001.

DUARTE, Yaciara Mendes. A história da educação básica no Brasil e as representações sociais sobre a biblioteca escolar: o passado que influencia o presente. In: PIMENTA, Jussara Santos et al. (Org.). **Biblioteca escolar: memória, práticas e desafios**. Curitiba: CRV, 2019, v., p. 61-77.

FÉLIX, Andressa Ferreira. **Práticas educativas em bibliotecas escolares: a perspectiva da cultura escolar – uma análise de múltiplos casos na RME/BH**. 2014.124.f. Minas Gerais. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência da Informação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais Escola de Ciência da Informação, 2014. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9UFN8D/disserta__o_afflelix_versaofinal_final_revisado.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
HUBNER, Marcos Leandro Freitas; PIMENTA, Jussara dos Santos; SOEIRO, Herta Maria de Açucena do nascimento. A Biblioteca nas escolas públicas estaduais de Porto Velho (RO): análises das condições de instalação e funcionamento. In: PIMENTA, Jussara Santos et al. (Org.). **Biblioteca escolar: memória, práticas e desafios**. Curitiba: CRV, 2019, v., p. 61-77.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo : EPU, 1986.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!**: do espaço de castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MENDES, Ana Magnólia. et al. **Trabalho e saúde**: o sujeito entre emancipação e servidão. Curitiba: Juruá, 2008.

MIGUEZ, Vitor de Almeida, BRAGA, Jacqueline Ramos Machado. Estresse, Síndrome de Burnout e suas implicações na saúde docente. **Revista Thema**, v. 15, n. 2, p. 704 a 716, 2018.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, Antônio (Org.) **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1999.

ORIÁ, Ricardo. **Bibliotecas escolares no Brasil**: uma análise da aplicação da Lei nº 12.244/2010. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 15-34.

RAMOS, Flávia Brocchetto; SILVEIRA, João Paulo Borges da. Práticas pedagógicas na biblioteca escolar. In: PIMENTA, Jussara Santos et al. (Org.). **Biblioteca escolar**: memória, práticas e desafios. Curitiba: CRV, 2019, v., p. 97-110.

RODRIGUES, Kátissa Galgania Feitosa Coutinho, SANTOS, Cícero Reginaldo Nascimento. Readaptação dos professores em bibliotecas escolares públicas no Brasil: uma reflexão psicológica sobre a Autoestima. **Id on Line Rev. Psic.** v.11, n. 34. p. 281-304, fev., 2017

ZIMMERMANN, Juliano Ricardo; PAULA, Viviane Carolina de; OHIRA, Maria de Lourdes Blatt. Avanços, perspectivas e limitações da lei no 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do estado de Santa Catarina (Brasil). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, n. 2, v. 12, 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1305>. Acesso em: 27 jan. 2019.

Recebido/ Received: 29/07/2019

Aceito/ Accepted: 05/08/2019

Publicado/ Published: 11/09/2019

A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES FOR SCIENTIFIC INFORMATION ACCESS:
THE CONTEMPORARY SOCIAL CONTEXT

Lorena de Oliveira Souza Campêllo

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS) e do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rede PRODEMA/UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1176-6760> E-mail: lorenacampello@hotmail.com

Robson Beatriz de Souza

Bibliotecário do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Mestrando em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGCI/UFS). Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9257-9712> E-mail: robsonbiblio@gmail.com

RESUMO

Este artigo retrata a importância de políticas públicas de acesso à informação científica para obter informação e gerar conhecimento na sociedade. Apresenta ações que ressaltam o desenvolvimento cidadão através do acesso à informação, com o objetivo de verificar a importância do acesso e uso da informação científica como fundamental para a sociedade da informação, com ênfase para perspectivas de construção social. Considerando como a prática de políticas públicas de acesso à informação científica vem mobilizando as instituições e organizações a desenvolver, métodos e ferramentas que facilitem a recuperação, reutilização e colaboração da informação científica, correspondendo com práticas seguras de acesso e novas formas de profunda mudança para a sociedade. Conclui especificando como pode ser transformador as políticas e iniciativas voltadas para o acesso da informação científica nas instituições, para promoção da cidadania e desenvolvimento da sociedade da informação, bem como a democratização do conhecimento científico, revelando o destaque que as políticas públicas de acesso à informação científica tem com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Palavras chaves: Comunicação científica. Políticas e ações de informação. Sociedade da Informação

ABSTRACT

This article informs the importance of public policies for access to scientific information to obtain information and generate knowledge in society. It presents actions that emphasize citizen development through access to information, in order to verify the importance of access and use of scientific information as fundamental to the information society, with emphasis on perspectives of social construction. Considering how the practice of public policies for access to scientific information has been mobilizing institutions and organizations to develop methods and tools that facilitate the recovery, reuse and collaboration of scientific information, corresponding to secure practices of access and new ways of profound change for scientific information in the society. It concludes by specifying how can policies and initiatives aimed at accessing scientific information in institutions be transforming, to promote citizenship and development of the information society, as well as the democratization of scientific knowledge, revealing the highlight that public policies for access to scientific information research has with the advent of new information and communication technologies.

Key words: Scientific communication. Information policies and actions. Information Society

1 INTRODUÇÃO

A informação sempre foi um bem comum para o exercício da cidadania, crescimento e desenvolvimento da sociedade, fundamental para a tomada de decisão e geração de conhecimento, promovendo o desenvolvimento econômico e social. De acordo com SILVA (2015) A informação é uma produção fenomenalmente social que tem por finalidade dinamizar a intercomunicação humana e promover exposições e descobertas para construção do conhecimento, por meio de dados.

Neste artigo procuramos investigar o acesso à informação científica como prática da construção social dos indivíduos no contexto social contemporâneo, com o objetivo de verificar o acesso à informação científica para o exercício da cidadania, atrelado ao movimento pelo acesso aberto à produção científica como relevante e necessário para a sociedade da informação. Segundo (Ferreira; Santos; Machado, 2012) dessa maneira é cada vez mais necessária a conscientização da sociedade civil no tocante a esta luta pela elaboração de políticas ou programas públicos de informação que possibilitem o acesso de todos os cidadãos às informações governamentais, jurídicas, econômicas sociais e culturais, bem como para transformar o acesso à informação em novos paradigmas de transferência de conhecimento para a sociedade.

Dentro deste cenário, ganha atenção a evolução das tecnologias de comunicação e informação que desenvolvem e modificam a forma como o indivíduo tem acesso à informação e traz desafios para a sociedade no século XXI, que envolve a tríade informação, comunicação e conhecimento. Dessa maneira, a implementação de políticas de acesso à informação são um desafio que muitos países devem enfrentar para participarem efetivamente da sociedade da informação. (Ferreira; Santos; Machado, 2012). Com isso, verificou-se o papel da produção literária científica no destaque no processo de inovação e desenvolvimento social, portanto as políticas de acesso à informações científicas são necessárias para transformação no contexto social contemporâneo que consistem na possibilidade de exercício da cidadania dos indivíduos, de acordo com Martins e Presser (2015), o acesso à informação é examinado segundo a perspectiva de utilidade social, seja no campo jurídico, político ou científico. A cidadania é tratada de maneira mais empírica do que teórica.

Percebe-se que a promoção de políticas públicas de acesso aberto à informação científica, são desafios para profissionais e organizações que fazem uso desta pela relevância e importância aos aspectos, socioeconômicos e socioculturais, conforme salientam Jardim, Silva e Nharreluga (2009):

As novas dinâmicas de produção e de uso da informação que emergiram após os anos 90, especialmente nos países de capitalismo central provocaram reconfigurações em diversos cenários informacionais: nas relações entre Estado e Sociedade, nas agendas governamentais, nos parâmetros econômico-produtivos, nos métodos e conceitos de

gestão no universo corporativo, em comportamentos sociais diversos, etc. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 03).

A importância da informação científica para o desenvolvimento tem demandado novas propostas e esforços por representar um bem comum para a sociedade. Numa concepção ampla, as políticas públicas de acesso à informação podem contribuir com métodos e alternativas para a promoção de desenvolvimento social, como: a adoção de softwares livres, desenvolvimento tecnológico, projetos e programas aliados às novas tecnologias como instrumento de função inclusiva para a inserção adequada de acesso à informação para a sociedade. É essencial considerar que a sociedade da informação não é um modismo, ao contrário, representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico (TAKAHASHI, 2000).

Nota-se que a aplicação de serviços e produtos que propõem soluções para o contexto social pode contribuir de forma clara para promover mudanças e impacto social na sociedade, ou seja, o acesso à produção científica tende a mostrar resultados estimulantes para a sociedade, podendo ser capaz de melhorar o acesso e uso da informação, desenvolvendo, desta forma, competências na sociedade da informação.

Com isso, passa-se a abordar novos elementos de análise, considerados dentro de um complexo de relações e conflito e busca de consenso à medida que a sociedade, ou, pelo menos, parte dela, por meio da informação e do conhecimento, tende a apropriar-se de novas formas de manifestação e de influência nas decisões e ações públicas. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 03)

Desse modo, tem-se como dificuldade a falta de instituições que promovam o acesso à informação e sigam um plano de acordo com as políticas de acesso à informação já existentes, como a efetivação de programas/projetos que relacionem a importância do acesso à informação científica para fomentar o conhecimento, ampliar a visibilidade das instituições para desenvolver e desempenhar um papel social-democrático e inclusivo, tais como repositórios institucionais, que poderão responder algumas necessidades para promover acesso e disseminação da informação, que tem a importância como veículo propulsor da circulação da informação, recuperação e trata-se de iniciativas para a produção de conhecimento no contexto social contemporâneo.

Acrescente-se também que a sociedade é destituída de outros serviços que poderiam agregar mais valor ao cenário das políticas públicas de acesso à informação como as bibliotecas públicas dos grandes centros, que em sua maioria não acompanharam o avanço tecnológico e limitaram a oferta à sociedade, principalmente quando relacionado ao acesso de informação com conteúdo científico, suportes para o exercício da cidadania. De acordo com Milanesi (2003) as tradicionais bibliotecas

públicas há muito deixaram de responder às necessidades coletivas. Por mais que se faça algo para mudar, o que se encontra é uma dificuldade por parte da sociedade.

É preciso então compreender a importância de políticas públicas de acesso à informação para a construção de cidadania, cuja incumbência é a de desenvolver competências para uso da informação e ressaltar as mudanças tecnológicas na sociedade, incentivando a prática científica e o desenvolvimento de competências na sociedade da informação, estimulando os indivíduos a novos conhecimentos, priorizando não só a pesquisa, mas o compartilhamento da informação, gerando conhecimento para todos. Para Martins; Presser (2015), o acesso à informação é condição para o exercício da cidadania, por ser pressuposto da consciência de direitos e deveres básicos, sendo assim, tal acesso pode ser considerado um construto básico para a estruturação social.

A informação passa a ser de fato um dos elementos básicos no processo de transformação da sociedade nos moldes atuais, a busca contínua por novos conhecimentos que possa promover novos padrões de contexto social para a sociedade da informação, demonstra a essência destas discussões a respeito do tema. Nessa perspectiva, (Silva et. al, 2005), afirmam:

Tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, quanto a implementação dos deveres do cidadão dependem do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres. Ou seja, dependem da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e, portanto, com maiores oportunidades para todos os cidadãos (SILVA et. al, 2005, p. 31).

Considerada atualmente como elo de desenvolvimento para a sociedade, a informação científica vem crescendo ao passo das novas tecnologias de comunicação e, neste cenário, a busca e o uso da informação como parte de desenvolvimento social passa a ser um dos fatores determinantes para a sociedade. “Observa-se que, neste caminhar, a experiência do uso e busca da informação, torna-se ação integrante da aprendizagem, visto que o pensamento se constrói na interação das novas informações[...]” (GASQUE, 2012, p. 69).

Contudo, buscamos nesse tema, que está aberto a novas investigações, trazer à luz do discurso, o acesso à informação científica para a construção de cidadania, no entanto enfatizamos a importância da informação para a construção social, pois, sustenta-se a noção de indivíduos com estímulo ao trabalho intelectual para promover novos conhecimentos e conscientização de seus direitos e deveres no seu desenvolvimento intelectual, cultural e social, de acordo com o manifesto da UNESCO, 1994, para bibliotecas públicas.

2 CIDADANIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A origem da palavra cidadania vem do latim “civitas”, que quer dizer cidade. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos a ela pertencentes.

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1988, p. 14).

Segundo Brasil (1988), no Art. 1º a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Inicialmente são belas palavras que, no entanto, não conseguem esconder a verdadeira realidade: a sociedade tem os direitos garantidos, mas, por outro lado, há a dificuldade para ter de fato acesso a alguns conteúdos que desenvolvam os elementos essenciais para exercício da cidadania. É importante ressaltar que o exercício da cidadania depende de algumas ações do Estado, como implementar políticas públicas, assegurando aos indivíduos o exercício de seus direitos e deveres, pois ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei (PINSKY; PINSKY, 2005).

A resposta para esta fundamentação está ao condicionante de algumas políticas públicas que favoreçam o exercício da cidadania, ou seja, na construção de bases para implantação de programas e/ou projetos que façam a inclusão para uma verdadeira cidadania dos indivíduos. Assim, o desenvolvimento do conceito de cidadania leva-nos a compreender o indivíduo enquanto sujeito social. Assim sendo, surge o questionamento: como o reconhecimento do acesso à informação vai garantir cidadania? Nesse sentido, pensar na estreita relação da participação do sujeito, mostra-nos que ações

voltadas ao entendimento da responsabilidade, participação e decisão que envolve o acesso à informação pelo indivíduo, faz ser entendido como papel do Estado para sugerir propostas que façam do acesso à informação, condição para o exercício da cidadania.

Por isso, é fundamental ao desenvolvimento social, políticas públicas inclusivas com a participação responsável do Estado, como principal gestor e com caráter decisório para construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária a partir de suas oportunidades.

Já para Souza (2004), a cidadania não pode ser vista como algo estanque, mas como resultado de um dinâmico processo dialético em nossa sociedade. Todas estas questões sociais marcam um processo de poder que ditam as regras na sociedade. A necessidade de um resgate de valores e origens evidencia como a população incorpora o conceito de cidadania. A dimensão da experiência concreta dos movimentos sociais da luta pelo reconhecimento de seus direitos e deveres é a forma de buscar, expressar a construção, extensão e o aprofundamento do estatuto político de democracia com base na transformação social. É neste cenário que o fato de ser cidadão acarreta obrigações para o indivíduo, mas, por outro lado, dá a ele o direito de exigir (DALLARI, 1994).

Esse processo de transformação passa também por mudanças substanciais e, no mínimo, três elementos atuam no campo da formação da cidadania: o civil, o político e o social. Direitos que englobam toda a relação da sociedade com a cidadania, teoricamente, não deveriam impedir o reconhecimento ao direito da cidadania, pois é a possibilidade destes de fundamentar os elementos que permeiam a vida em sociedade.

Dessa forma, Souza (2004) define três estágios históricos do conceito de cidadania: clássico, liberal e social. São precisamente esses três elementos que concretizam as ações atualmente capazes de compreender, argumentar e propor alternativas para os problemas encontrados nas comunidades. Não cabe discutir profundamente aqui a evolução histórica destes preceitos, mas possibilitar o entendimento dos princípios, direitos e garantias que levam a sociedade ao exercício da cidadania. O que interessa saber é que esses direitos sejam reconhecidos e assegurados (ROCHA, 2000).

Entendemos como cidadania clássica o elemento que congrega os direitos do cidadão na sociedade exercendo sua legitimidade política que se configurou na Grécia Antiga e na sociedade contemporânea. Para ser cidadão, o homem precisa estar compenetrado na vida política para participar das ações que envolvem seu desenvolvimento na gestão pública. A democracia política foi um dos impulsionadores da cidadania clássica que se configurou no presente para exemplo das sociedades que enxergavam na política a forma de exercer cidadania.

A cidadania liberal, por sua vez, é conhecida pelo movimento conhecido por Revolução Francesa (1789) norteada pelo lema liberdade, igualdade e fraternidade, que envolve ações profundas de mudança social que representa o pensamento iluminista e desenvolve toda uma relação dos direitos

civis e políticos, com base na reconstrução da cidadania. Assim, podemos dizer que a cidadania liberal faz uma distinção da clássica a partir da forma como o indivíduo na sociedade tem o direito à liberdade e igualdade.

Uma das principais diferenças entre a cidadania clássica e a cidadania liberal se encontra principalmente na ampliação do conceito de liberdade e de igualdade, e na forma de representação que na cidadania liberal se configura de forma indireta, através de representantes do Estado (SOUZA, 2004, p. 97).

A cidadania social surge então para moldar a relação que vimos anteriormente. Muitas vezes, compreendemos os direitos como uma concessão. Contudo, a cidadania não é ofertada como um produto, ela é construída e conquistada a partir de nossa capacidade de participação no meio social. Esta apresenta teoricamente a junção dos outros conceitos, ou seja, qual a estratificação social que permite o reconhecimento ao direito de cidadania. O que podemos acrescentar é que, numa sociedade tão contraditória e cheia de diferenças sociais, certamente encontramos sujeitos que se enquadram diferentemente em cada um desses “estágios de cidadania” (SOUZA, 2004).

Neste histórico de busca pela cidadania, vimos que a participação da sociedade civil tem mudado com o passar dos anos, especialmente nas últimas décadas, a partir do engajamento da população em movimentos por melhores níveis educacionais e acesso ao meio informacional em grande expansão. A tendência da população é ir em busca de mecanismo que façam aflorar seus direitos na sociedade.

É preciso reconhecer que existem obstáculos e dificuldades, mas a história da humanidade demonstra que é possível avançar no sentido de construir sociedades mais justas, onde todos sejam livres e iguais em dignidade e direitos (DALLARI, 1994, p. 81).

A falta de instituições/organizações que ofertem, principalmente o acesso à informação, demonstra que a luta pela cidadania se constitui num processo democrático de direito, a partir do reconhecimento que democracia implica em desenvolvimento e habilidades para o acesso a novos conhecimentos, em especial a busca e uso da informação que abrange o ensino-aprendizagem no processo de efetivo exercício da cidadania.

Se a inclusão social dos indivíduos é relativamente relacionada com as necessidades da comunidade, como podemos relacionar a busca de acesso à informação à margem das oportunidades e das escolhas que se verificam por meio da conscientização? Especificamente com relação à informação e a forma como se tem acesso? A dimensão “social” da democracia marcou o primeiro

grande salto na conceituação dos “direitos humanos” e na extensão do significado prático da cidadania (HERKENHOFF, 2000). O grande desafio é, portanto, além de incorporar novos direitos aos já existentes, integrar cada vez mais os indivíduos ao gozo dos direitos já reconhecidos e compreender o uso da biblioteca e seus recursos como habilidades individuais dos indivíduos para a construção da cidadania.

Vimos ao longo destes preceitos que o significado da palavra cidadania evoluiu com o decorrer do tempo; assim, ser cidadão não é apenas estar em gozo dos direitos civis e políticos; desempenhar os deveres para com o Estado e a comunidade é certamente algo mais (HERKENHOFF, 2000).

Este mesmo autor acrescenta que seu conteúdo estendeu-se ao longo do tempo e do convívio social dos indivíduos, não está apenas no contexto ou entendimento civil e político de cada um, pois estes conceitos ganharam novas formas de entendimento. “O conteúdo da cidadania alargou-se ao longo da história. A cidadania hoje não tem apenas o conteúdo civil e político de sua formulação original. Modernamente, a cidadania abrange outras dimensões”. (HERKENHOFF, 2000, p. 19).

O aspecto que revela o acesso à informação é um marco em dimensões que verdadeiramente faz o entendimento do indivíduo numa sociedade participativa. De acordo com Ferreira (2004), ser cidadão é ter e exercer cidadania; gozar dos direitos civis e políticos; cumprir os deveres que temos para com o Estado e a comunidade. Dessa forma, é preciso ter instituições em que as necessidades dos indivíduos possam ser atendidas. Para Targino (1991) apud Rocha (2000) “a cidadania, então, é um *status* concedido àqueles que são elementos integrais de uma comunidade”.

Neste cenário, várias transformações se processam, principalmente porque se descobre que o mundo vive um grande desafio; questões sociais e tecnológicas que marcam o poder e o controle econômico sobre a sociedade, como relacionar o poder que a informação tem na conjuntura do contexto social contemporâneo.

2.1 Informação e Construção da Cidadania

A cidadania é, pois, um status construído a partir dos direitos políticos, civis e sociais, elementos que até os nossos dias atravessou e atravessa fases diferentes no contexto social. Esses elementos se encontram e desencontram. O desafio, portanto, constitui-se em atrelar e articular projetos individuais com a participação e responsabilidade da sociedade para exercer cidadania.

A cidadania não se constrói, portanto, por decretos ou intervenções externas. Trata-se de um processo que se dá no interior das práticas sociais vigentes, resultando do acúmulo de experiências engendradas. A cidadania se constrói no cotidiano através da identidade político-social que pode ser gerida por práticas e ações de informação cotidianas (SOUZA, 2004, p. 100).

Já para Herkenhoff (2000), a cidadania é hoje muito mais do que isto. Diante das conquistas traçadas pelo homem no campo social, podemos destacar a importância e as condições de exercer cidadania através da informação. O passo fundamental para propiciar a informação como um bem simbólico é explorar os traços da cidadania. Para melhor entendimento, é importante analisar os dois elementos que fundamentam esta discussão, informação e cidadania.

Para conhecer e exercer seus direitos, o cidadão precisa de desenvolvimento social que perpassa pelo acesso à informação, como forma de tornar-se capaz de fazer melhores suas escolhas e construir novos pilares na sociedade. Acrescentando, Souza (2004) destaca que o acesso à informação permite a organização da população, gera consciência coletiva e amplia os espaços de cidadania e de estabelecimentos de práticas que apontam novos horizontes e caminhos.

Targino (2006) afirma que não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir deveres e reivindicar direitos, sejam eles civis, políticos e sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los.

Viver, ser livre, informar-se, ter acesso à educação e saúde, e participar dos movimentos políticos e sociais constitui a base de uma vida cidadã e apenas quando estes são postos em prática é que existe cidadania (PINSK; PINSK, 2005).

A importância da informação para o exercício de cidadania assumiu ainda mais na contemporaneidade status de potencialidade de promover mudança social. Segundo Souza (2004), os questionamentos e mudanças no meio social começam a surgir quando colocamos a informação no contexto das práticas sociais, concebendo-a como um elemento de fundamental importância, já que é através da interação informacional que os sujeitos se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres.

O acesso à informação decorrente da falta e da carência de políticas públicas de acesso à informação pode contribuir com o enfraquecimento do fazer social, tendo em vista que todos almejam ser cidadãos desenvolvidos, com acesso ao conhecimento mas esbarram na falta de instituições que proporcionem ao cidadão a interação necessária, causando mudanças no meio social e novas posturas na sociedade.

Esta preocupação do indivíduo com o acesso à informação parece estar diretamente ligada à busca pela cidadania. Apesar de toda uma evolução tecnológica que surgiu com a substituição de antigos mecanismos que disponibiliza a informação à sociedade, parece-nos que ficou ainda mais difícil o seu acesso. Donde decorre a necessidade de superação deste estágio, já que, segundo Targino (2006), não há exercício da cidadania sem informação.

Para que esse problema tenha um tratamento diferenciado, teríamos que aumentar a relação que a informação tem com a cidadania, salientando que o conceito de cidadania e o papel do cidadão em busca deste acesso à informação são essenciais para mudança social.

Assim como a informação é importante para o exercício da cidadania, o acesso a ela apresenta diferentes perspectivas que passam pelas políticas de acesso à informação. “A sociedade atual passa por transformações com um grande impacto na forma como acedemos à informação e ao conhecimento, como aprendemos, comunicamos e nos integramos socialmente” (PORTUGAL, 2017, p. 15).

Apesar do desenvolvimento de políticas de acesso à informação, alguns projetos/programas têm demonstrado dificuldades em satisfazer as novas necessidades da sociedade da informação, revelando uma efetiva fragilidade em algumas instituições e/ou organizações que trabalham principalmente com pesquisas que envolvem setores da sociedade. Pois os indivíduos precisam encontrar a informação necessária e ter capacidade de usar e utilizar de forma que estabeleça o exercício da cidadania.

Este panorama evidencia que as políticas públicas de acesso à informação, principalmente as mais recorrentes e atuais como o movimento pelo acesso aberto às publicações científicas, refletem o estado de desenvolvimento dos usuários, para identificar fontes confiáveis, tomar melhores decisões, utilizar sistemas informacionais e fazer valer o exercício da cidadania. Portanto, apesar dos investimentos feitos, não se tem uma preocupação com o conjunto de competência informacional para a sociedade da informação como ações que desenvolvem o acesso e favoreçam as dimensões para uma sociedade da informação para geração de novos conhecimentos.

3 O PAPEL DO MOVIMENTO DO ACESSO ABERTO NO CONTEXTO DA CIDADANIA

O movimento pelo efetivo livre acesso à informação vem crescendo desde a década de 90 com chegada da *World Wide Web* e a temática vem sendo explorada por diversos setores como fomento do movimento do acesso aberto, ao mesmo tempo, pode ser considerado como uma nova forma para o exercício da cidadania, pois representa algo mais que a disponibilidade e acesso da informação gratuita a qualquer pessoa, à medida que se baseia na premissa que o conhecimento científico é um bem público.

Isto, porque, quando tratamos de indivíduos não se pode esquecer que suas características de personalidade, suas expectativas, seus objetivos pessoais e histórias particulares determinam seu comportamento. E, por conseguinte, seu comportamento é orientado para a satisfação de necessidades e alcance de objetivos, sejam pessoais ou direcionados para favorecimento dos coletivos ou organizações das quais participam ou estão inseridos na sociedade. (COSTA; RAMALHO, 2019, p. 138)

Aqui devemos colocar em evidência o acesso às informações científicas, apesar desse se constituir um fator importante, cuja concepção revela diversas divergências no que concerne ao acesso à informação como condição à efetividade da cidadania, já que nem sempre é disponibilizado. Tal concepção aponta para a importância de políticas públicas de acesso à informação na sociedade, para reger as relações sociais dos indivíduos e sua cidadania, e, nesse sentido, esta presume, entre outros, o direito do indivíduo à informação.

Este contexto faz emergir um outro entendimento da ação de políticas públicas de acesso à informação no contexto da cidadania, ou seja, a atuação diante das novas formas de pensar cidadania na formação dos indivíduos e da relação com a literatura científica. Trata-se da valorização do sujeito em virtude de suas ações com base na informação que é disponibilizada pode efetivar sua cidadania.

A cidadania vislumbra, no entanto, instituições que estabeleçam um novo cenário para a busca pelo acesso à informação e seu uso consciente, caracterizadas pela promoção ao acesso e disponibilidade da informação. As políticas de informação aparecem como uma nova conjuntura para a construção de uma comunidade e/ou sociedade com capacidade de compreender as implicações na sociedade contemporânea, bem informados, os cidadãos teriam recursos para identificar novas nuances, apropriando-se de uma competência informacional que justifica o efetivo exercício de cidadania. A informação, neste debate, é promotora da conscientização política, da autonomia dos indivíduos, que assim podem passar a definir o rumo de suas histórias, propondo mudanças sociais em prol de direitos individuais e coletivos (MARTINS; PRESSER, 2015).

A ação da cidadania reforça a importância que deve ser dada às políticas públicas de informações, em outra perspectiva, isso possibilitará desenvolvimento informacional, implicando também no uso efetivo de informação, desde a criatividade, métodos, técnicas e habilidades, como processo de um indivíduo crítico no contexto social na sociedade da informação.

Então, o entendimento que precisamente pode ser construído, porque há toda uma esfera que envolve este processo intrínseco e interdependente entre acesso à informação e exercício de cidadania, faz referência à noção que esta relação é um bem comum e deve convergir na formação dos direitos sociais que integram os preceitos da sociedade da informação.

Nesta ótica, percebemos a urgência de utilização de políticas públicas de acesso aberto às publicações científicas, visto que, para encontrar produtos e serviços informacionais, devem refletir sobre as novas formas de adquirir conhecimento que envolvem práticas sociais para se chegar a novos conhecimentos. Isso implica também na forma como os indivíduos podem se encontrar estes produtos/serviços, que coincidem com o próprio desenvolvimento da sociedade da informação.

Qualquer projeto na área só chegará ao seu objetivo se tiver uma política de informação que permita o acesso a ela sem restrições (MILANESI, 1983).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas concepções, é importante destacar a importância de políticas públicas de acesso à informação, principalmente voltadas ao acesso aberto à informação científica, pois atuam como facilitadoras do acesso ao conhecimento, consolidado em ações voltadas para geração de novos conhecimentos, com iniciativas coordenadas do uso consciente da informação para obter mais conhecimento e exercer cidadania.

Para este efeito, importa refletir sobre um novo paradigma em que vive a Sociedade da informação, pois não basta apenas dispor de acesso sem que haja estruturas que forneçam subsídios para o indivíduo por meio de políticas públicas de acesso à informações científicas.

É importante salientar que o acesso informação passou a ser uma questão de conduzir a sociedade a novas formas de utilizar as tecnologias da comunicação, adotando conceitos democráticas de obter conhecimento e exercer cidadania, contudo, é necessário que tenham propostas que contemplem a promoção e o desenvolvimento de políticas públicas de acesso à informação que disponibilize formas de acesso e possibilite o desenvolvimento de recuperação, uso e compartilhamento da informação como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável e confiável.

Portanto, as políticas públicas de acesso à informação devem estar presentes adequadamente a objetivos, sendo possível permitir a obtenção de novos conhecimentos atrelados ao impacto social que compõem o cenário da Sociedade da Informação, contribuindo com o fomento do desenvolvimento da ciência e especialmente ao uso consciente desta, conectado ao desenvolvimento da competência informacional do indivíduo em seus deveres na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 de jul 2014.

COSTA, Luciana Ferreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. Comportamento infocomunicacional: perspectivas sobre definição, práticas e modelos de estudos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, maio/ago. 2019.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1988.

_____. **O que são direitos da pessoa**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, v. 49)

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; SANTOS, Elisete, Souza; MACHADO, Miriam Novaes. Política de informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 2, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/1616>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012.

HERKENHOFF, João Batista. **Como funciona a cidadania**. Manaus: Valer, 2000.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARELLUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan/abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf> Acesso em: 15 jul. 2019.

MARTINS, Carine Jansen Batista Neves; PRESSER, Nadi Helena. A promoção da cidadania por meio do acesso à informação. **Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 133-150, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pbcib/article/view/24097> Acesso em: 22 jul. 2019.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: biblioteca/centro de cultura**. 2. ed. Cotia: Ateliê editorial, 2003.

_____. **O que é Biblioteca**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, v. 94)

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTUGAL. Rede de Bibliotecas Escolares. **Aprender com a biblioteca escolar: referencial de aprendizagens associadas ao trabalho das bibliotecas escolares na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário**. 2. ed. Lisboa: RBE, 2017. E-book. Disponível em: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1906/referencial_2017.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 1, 2000. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/897/934> Acesso em: 23 jun 2019.

SILVA, Helena et. al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2005.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan/abr., 2015.

SOUZA, Edivanio Duarte de. **Informação e construção da cidadania: representação das ações de informação da casa pequeno Davi**. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

TAKAHASHI, Tadao (Org.) **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203p.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

UNESCO. **As pedras angulares para a promoção de sociedades do conhecimento inclusivas**: acesso à informação e ao conhecimento, liberdade de expressão, privacidade e ética na internet global. Paris, França: UNESCO, 2017.

Recebido/ Received: 13/08/2019
Aceito/ Accepted: 25/08/2019
Publicado/ Published: 11/09/2019

REGULAÇÃO 2.0: UMA PROPOSTA DE NOVA SOLUÇÃO TELEMÁTICA PARA OS PROCESSOS REGULATÓRIOS NO ESTADO DA BAHIA

REGULATION 2.0: A PROPOSAL FOR A NEW TELEMATIC SOLUTION FOR THE REGULATORY PROCESSES IN THE STATE OF BAHIA

Ricardo Coutinho Mello

Docente da Escola de Administração da UFBA, Departamento de Administração. Doutor em Difusão do Conhecimento e Mestre em Ciência da Informação ambos pela UFBA. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3265-6595> E-mail: rcmello@ufba.br

Fábio Campos Aguiar

Docente dos cursos de Comunicação Social e Administração da Universidade Salvador (UNIFACS). Doutor e Mestre em Administração pela UFBA. Membro do Grupo Observa Políticas Públicas (UFBA) e Rede de Inovação e Aprendizagem em Gestão Hospitalar - Rede InovarH/BA/UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4292-7686> E-mail: fabioaguiar.mkt@gmail.com

Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes

Docente da UFBA. Pós-Doutora em Direito Internacional da Saúde pela Faculdade de Direito e Centro Hospitalar Universitário da Universidade de Nice Sophia Antípolis (França). Doutora em Administração (UFBA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Observa Políticas Públicas (UFBA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4265-4216> E-mail: verapeixoto09@gmail.com

Emerson Gomes Garcia

Doutor em Administração e Mestre em Enfermagem, ambos pela UFBA. Graduado em Enfermagem e Obstetrícia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). E-mail: enfemerson98@gmail.com

Joseane Mota Bonfim

Gestora e assessora administrativa na gestão pública e no Apoio Institucional do Ministério da Educação do Programa Mais Médico para o Brasil. Graduada em Enfermagem e Mestra em Saúde Comunitária, ambos pela UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0117-120X> E-mail: joseanebonfim4@gmail.com

Paula Caroline Gonçalves Herrera

Fundação Estatal Saúde da Família (FESF-SUS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5365-5823> E-mail: paulaherrera@fesfsus.ba.gov.br

RESUMO

O processo de regulação dos serviços de saúde é altamente dinâmico, e por essa razão, as listas de espera podem ser alteradas a qualquer momento, conforme protocolos clínicos e critérios de elegibilidade. Esta dinâmica torna necessária maior transparência por parte dos gestores, para

uma resposta aos usuários que aguardam atendimento, internação ou transferência, considerando que os usuários não detêm conhecimento destes critérios técnicos de priorização, e que esta falta de entendimento pode ocasionar transtornos diversos, como denúncias na mídia e judicialização do acesso. Da mesma forma, uma vez que os gestores só

têm acesso às listas mediante solicitação à Central de Regulação, o acesso direto e em tempo real a estas informações permite fortalecer a capacidade de gestão da rede própria e contratualizada, à medida que será possível monitorar a espera nas unidades de referência e contrarreferência, dinamizando o processo regulatório e contribuindo para um menor congestionamento nos principais centros. Esta pesquisa resulta de um estudo empírico-exploratório, com base em revisão da literatura e intervenção organizacional, com o intuito de apresentar uma solução telemática para mediar processos regulatórios nos serviços de saúde no Estado da Bahia. Colabora com os estudos informacionais, identificando a fase atual do processo de institucionalização do uso da ferramenta, como instrumento de acesso à informação sobre os serviços de saúde regulados a gestores e usuários. O texto remete à reflexão de como os sistemas informativos favorecem os processos organizacionais. Os resultados encontrados indicam que a introdução de um novo veículo de comunicação é capaz de promover ganhos para a organização e para os usuários, dinamizando a eficiência no fluxo de atendimento.

Palavras chaves: Gestão em Saúde. Regulação. Tecnologias da Informação e Comunicação

ABSTRACTS

The process of regulation health services is highly dynamic, so waiting lists can be changed at any time according to clinical protocols and

eligibility criteria. This dynamic makes it necessary for managers to be more transparent in order to respond to users awaiting care, hospitalization or transfer, considering that users are unaware of these technical prioritization criteria, and that this lack of understanding can lead to various inconveniences, such as complaints. . in the media and judicialization of access. Likewise, since managers only have access to the lists upon request to the Regulatory Center, direct and real-time access to this information enables them to strengthen their own and contracted network management capacity, as it will be possible to monitor the waiting at the reference and counter-referral units, streamlining the regulatory process and contributing to less congestion in major centers. This research results from an empirical-exploratory study, based on literature review and organizational intervention, in order to present a telematic solution to mediate regulatory processes in health services in the state of Bahia. Collaborates with informational studies, identifying the current phase of the institutionalization process of the use of the tool, as an instrument of access to information about health services regulated to managers and users. The text refers to the reflection of how information systems favor organizational processes. The results indicate that the introduction of a new communication vehicle is capable of promoting gains for the organization and users, boosting the efficiency in the service flow.

Keywords: Health Management. Regulation. Information and Communication Technologies

1 INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Informação em saúde brasileiros foram elaborados de forma a atender às necessidades imediatas de gestão ou geração de conhecimento do setor pelos órgãos centrais do Estado, embora ainda representem iniciativas isoladas que não viabilizam ações concretas para a tomada de decisão, principalmente pelo próprio Estado e pelos microníveis organizacionais. Muito embora esses sistemas sirvam de exemplos a outros países, na prática, ainda não correspondem às disposições legais, nem atendem às demandas de usuários, gestores, funcionários, pesquisadores e à rede de controle social.

O panorama brasileiro apresenta fragmentação na coleta de dados, que são obtidos, em grande medida, unicamente para atender às exigências legais dos órgãos financiadores ou da

administração das organizações de saúde, sem uma vinculação à Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), de forma a facilitar o planejamento e a tomada de decisão. As coletas e as transferências dos dados acontecem de forma exaustiva (quase manual), gerando retrabalho e descrédito dos usuários, não proporcionando, assim, efetividade na gestão da informação, e, conseqüentemente, não promovendo ações condizentes com a realidade dos serviços e as necessidades de usuários, profissionais e gestores (BRASIL, 2016).

A regulação, que representa o controle administrativo exercido pelo governo, e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) geralmente figuram em posição antagônica, visto que a tecnologia representa o mercado, empresas e crescimento; enquanto a regulação, as limitações (WIENER, 2004). Há duas perspectivas para se abordar a questão. Primeiramente, argumenta-se que a tecnologia é capaz, por si, de eliminar riscos e incertezas dos processos de gestão, à medida que introduz novos e superiores métodos de produção. Um segundo entendimento é o de que a regulação pode estimular, ao invés de inibir, as capacidades do governo em termos de inovação e competitividade. Em uma versão mais forte desta hipótese, segundo o autor, a regulação induz as organizações a conservarem recursos diversos, o que, em última instância, leva-as a economizarem dinheiro e, com isso, dinamizarem sua eficiência.

Cepik, Canabarro e Possamai (2010) observam que, na fase inicial de seu desenvolvimento, a utilização de TIC representava um alto custo para o orçamento público, de modo que sua aplicação se limitou a áreas específicas de inovação e de defesa. Com a redução dos custos dos equipamentos de informática e com o surgimento dos computadores pessoais, as TIC passaram a ser incorporadas à rotina dos processos de governo, representando elemento estratégico de eficiência.

Contudo, a despeito da maior disponibilidade de recursos de informática, tanto pelo desenvolvimento de equipamentos cada vez mais baratos e modernos, quanto pelo avanço da competência nacional em tecnologias, prevalece a falta de efetividade das soluções telemáticas para a gestão dos serviços de saúde. Seja pela falta de integração entre os sistemas existentes (o que gera constantes retrabalhos), ou pela associação das TIC a processos de trabalho burocráticos e defasados, observa-se a descontinuidade do uso de determinadas ferramentas telemáticas, prejudicando a gestão das informações indispensáveis ao cumprimento das finalidades do SUS (AGUIAR, 2012). No que diz respeito à regulação do acesso, essa falta de efetividade das TIC tem levado médicos e gestores a práticas de

regulação paralela, por meio do aplicativo *WhatsApp*, sob as justificativas das barreiras de acesso e da morosidade do protocolo institucional, mediado por sistemas de controle administrativo utilizados na área de saúde (AGUIAR, MENDES, 2015).

Esta pesquisa surge como uma proposta de desenvolvimento tecnológico para construção de uma plataforma telemática de suporte aos processos de regulação do acesso aos serviços públicos de saúde no Estado da Bahia com vistas à otimizar o acesso à informação, avaliando a repercussão no fluxo produtivo da assistência.

2 METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma pesquisa, com os gestores e profissionais que fazem uso do sistema de regulação de leitos do Estado da Bahia para coletar requisitos com vista ao desenvolvimento do aplicativo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos gestores de todos os municípios-sede das Macrorregiões de Saúde do Estado da Bahia (Salvador, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Alagoinhas e Barreiras). Participaram da pesquisa o coordenador da Central Estadual de Regulação, e os coordenadores das Centrais Regionais de Regulação, localizadas nos municípios de Salvador, Itabuna, Vitória da Conquista e Juazeiro (PE-BA). Ao todo foram mobilizados 11 gestores durante a etapa exploratória, com vistas ao levantamento das lacunas e fragilidades do processo regulatório, bem como dos requisitos funcionais e não funcionais para o sistema conforme a necessidade de informações para o exercício da regulação do acesso aos serviços. Os instrumentos de coleta de dados foram dois roteiros de entrevista semiestruturados, sendo considerado a natureza do envolvimento dos atores com o processo regulatório (Gestores e Médicos Reguladores). As entrevistas foram transcritas e analisadas mediante Análise de Conteúdo (BARDIN, 2014). Os resultados subsidiaram a análise dos requisitos e elaboração da modelagem e projeto do sistema multiplataforma. Após esta fase, foi aplicado um projeto piloto para validação do sistema, na macrorregião Leste do Estado da Bahia, para aferir a usabilidade do protótipo desenvolvido, avaliando os resultados. A Macro Leste foi escolhida por sediar a capital do estado, Salvador, cidade que concentra grande parte dos serviços de referência e para a qual converge.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das entrevistas com os gestores municipais/estadual, revelaram o interesse dos participantes em obter acesso em tempo real às listas de espera dos serviços prestados pelas unidades de assistência à saúde, confirmando o pressuposto que o planejamento das ações e a interlocução com o controle social possibilitam mais transparência e *accountability* aos processos regulatórios. As sinalizações de funcionalidades apontadas pelos entrevistados permitiram o desenvolvimento de um aplicativo, que funciona nas plataformas Android e iOS, com distribuição gratuita para usuários dos serviços de saúde e gestores. A validação do protótipo foi efetuada em termos de usabilidade, como marco da segunda etapa do desenvolvimento.

O levantamento da perspectiva do usuário com relação ao uso da ferramenta revela o atendimento de dupla função. Primeiramente permitiu o acesso a informações que facilitam a orientação no acesso aos serviços, fortalecendo a possibilidade de escolha e a autorregulação. Da mesma forma, trouxe funcionalidades para recebimento de informações gerais sobre os serviços e campanhas da rede, incrementando o processo de avaliação dos serviços.

CONCLUSÕES

Com base nos resultados apurados pela pesquisa, a introdução de novos e superiores métodos de produção promoveu ganhos para a organização e para os usuários, dinamizando a eficiência no fluxo de atendimento ao usuário. O acesso direto, e em tempo real aos dados, permite fortalecer a capacidade de gestão da rede própria e contratualizada, à medida que se permite monitorar a espera nas unidades de referência e contrarreferência através de uma TIC, contribuindo para fluidez do processo gerencial.

AGRADECIMENTOS: A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fabio Campos. **Comunicação Organizacional e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em hospitais: o estudo do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) da Rede InovarH/BA**. Dissertação (Mestrado em Administração). Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA). Salvador, 2012.

AGUIAR, Fábio Campos, MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Saúde 2.0: Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e regulação paralela de leitos de UTI na Era da Interação. *In: XVI Congresso LatinoIberoamericano de Gestão da Tecnologia*, 2015, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: ALTEC / NITEC / UFRGS, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5 ed. São Paulo: Edições 70, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS)**. Brasília, D F: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaInformacaoSaude .pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaInformacaoSaude.pdf). Acesso em: 06 ago. 2018.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves; CANABARRO, Diego Rafael, POSSAMAI Ana Júlia. **Do novo gerencialismo público à era da governança digital. Governança de TI: transformando a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: WS, p. 11- 35, 2010.

WIENER, Jonathan B. The regulation of technology, and the technology of regulation. **Technology in Society**. v. 26, p. 483-500, 2004.

Recebido/ Received: 13/08/2019 Aceito/ Accepted: 25/08/2019 Publicado/ Published: 11/09/2019
--



Museóloga Osvaldina Cezar Soares

Essa edição, que lembra um ano do incêndio no Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, e nos faz refletir sobre as políticas públicas de preservação das unidades de informação, conhecimento e cultura, nos brinda com uma rica entrevista com a museóloga Osvaldina Cezar Soares, que nos conta um pouco sobre sua carreira profissional, os percursos da qualificação dos profissionais museólogos, da crise das atuais políticas públicas em relação aos museus e do mercado de trabalho.

A museóloga Osvaldina Cezar Soares é a atual presidente do Conselho Regional de Museologia da 1ª região, que abrange as regiões Norte e Nordeste, além de atuar como coordenadora museológica do Museu da Misericórdia dirigido pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Ao longo dos seus 29 anos de experiência passou pelo Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery, Museu Eugênio Teixeira Leal, Museu de Arte da Bahia, Museu Abelardo Rodrigues e o Centro Cultural Solar Ferrão, desenvolvendo atividades na área de pesquisa, documentação, preservação e acondicionamento de acervos museológicos, montagem de exposições, ação educativa em museus, implantação de museus, memoriais e centros de culturais, dentre outras.

1. Quando começou a sua vontade de ser museóloga? Como você conheceu a profissão?

Concluí o ensino médio em Técnico em Turismo, no Colégio Estadual Severino Vieira, em Salvador, Bahia. Durante o curso de três anos, tive contato com disciplinas como: História da Arte, Cultura, Sociologia e Introdução a Museologia. Lembro que fiquei encantada com o contato com as diversas formas de representação da memória e de como era possível pensar na nossa identidade cultural de modo mais amplo. Na época, ainda não tinha conhecimento de que havia, em nível superior, a graduação em Museologia. Esta descoberta se deu de modo gradativo, pois a professora que ministrava a disciplina era museóloga, formada pela Universidade Federal da Bahia. A partir do contato com ela, comecei a pesquisar o que era Museologia, o que fazia o(a) museólogo(a), e tive a certeza de que era museóloga que eu queria ser. Terminei o ensino médio e me matriculei num cursinho de pré-vestibular. Era o tempo necessário para conhecer mais o curso e me preparar para as provas. Então me inscrevi, na UFBA, para Museologia e, na Católica, para Geografia. Fui aprovada nos dois vestibulares. Não cursei a Católica, deixando a vaga para quem realmente a desejava, e fui cursar Museologia, sendo aprovada, no vestibular de 1985, em segundo lugar. Saí da Universidade em 1989, mas minha formatura só aconteceu no primeiro semestre de 1990 por causa de uma greve. Estou há 29 anos atuando na profissão.

2. Dentre os museus que você atuou, qual marcou mais sua carreira profissional? Por quê?

Costumo afirmar que cada museu, em que tive a oportunidade de atuar, marcou de modo significativo a minha formação profissional, pois possibilitou o desenvolvimento de ações de pesquisa, desenvolvimento de projetos, montagens de exposições, ações de conservação e implantação de ações atividades socioculturais e educativas, tendo como referência acervos e públicos variados. Portanto todos eles possuem um significado especial na minha trajetória museológica, mas gostaria de citar duas experiências desenvolvidas. Uma delas foi a implantação do sistema de documentação museológica para o acervo de medalhas, condecorações e moedas do Museu Eugênio Teixeira Leal – Memorial do Banco Econômico, localizado no Centro Histórico de Salvador. Na ocasião, o professor aposentado da UFBA, o museólogo Osvaldo Gouveia, realizou a consultoria do projeto. Osvaldo havia sido meu professor durante o curso de Museologia na referida Universidade. O sistema era inovador, pois, além das questões que envolvem a documentação museológica, trazia desenho e análise simbólica de alguns elementos presentes da medalhística e numismática, fazendo um passeio pela heráldica. Outra experiência foi ter participação da concepção, seleção de acervo e montagem da Exposição, de longa duração, da Coleção de Instrumentos Musicais Tradicionais Emília Biancardi, coleção que integra o acervo do Centro Cultural Solar Ferrão, unidade da Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – DIMUS / IPAC. Assumi a coordenação geral desse espaço por quatro anos e tive a oportunidade de estruturar a Orquestra Museofônica, idealizada pela então diretora da DIMUS, a museóloga Ana Liberato. A Orquestra, sob a batuta da etnomusicóloga Emília Biancardi, reunia profissionais de várias áreas de atuação, dentro do Solar, a exemplo de museólogos, restauradores, mediadores culturais, agentes de higienização e limpeza e alguns jovens moradores e estudantes do Pelourinho. O grande desafio era preservar o acervo didático de instrumentos musicais tradicionais por meio da sua utilização correta e da divulgação da sua história. Estes objetos não estavam expostos em painéis, nem em vitrines. Sua exposição era itinerante e participativa.

3. Fale um pouco sobre o Museu da Misericórdia, o qual você atua como diretora.

Se me permite a ressalva, no Museu da Misericórdia, meu cargo é de coordenadora do Setor Museológico. A estrutura de direção é a da Santa Casa. Dentro do Museu, há três coordenações: uma museológica, uma administrativa e uma das ações socioculturais e educativas. Atualmente, sou a única museóloga no quadro de colaboradores da Santa Casa da Bahia, por isso, assumo também a responsabilidade técnica sobre os acervos que se encontram em outras unidades históricas e emito parecer e orientação sobre as intervenções que possam ser realizadas nos prédios históricos.

O Museu da Misericórdia foi inaugurado em 2006 e se encontra instalado num casario em estilo maneirista, datado do século XVII. O Paço da Misericórdia foi tombado, em 1938, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional – IPHAN, e se destaca pela monumentalidade da sua construção, com espaços construtivos singulares como a loggia, o átrio e o ossuário. É o equipamento cultural da Santa Casa da Bahia e, por meio do seu acervo, apresenta uma parcela da história da Bahia e do Brasil, refletindo sobre hábitos e costumes que marcaram a sociedade baiana, desde a fundação da Cidade de Salvador até os dias atuais.

4. Quais museus você elegeria modelos aqui no Brasil, principalmente no que tange a Região Norte-Nordeste?

O universo é muito variado e complexo. Depende muito da representatividade do equipamento cultural e das relações de pertencimento que pode desenvolver com a sociedade. É claro que para ser museu, as linhas de pesquisa e investigação, preservação, conservação e comunicação devem ser mantidas de modo constante, refletindo a dinâmica cultural. Porém existem equipamentos culturais com trabalhos muito bons, que se tornam referência no campo museológico, a exemplo do Museu Carlos Costa Pinto, Museu do Traje e do Têxtil – Instituto

Feminino da Bahia, Museu da Misericórdia, Museu Afro Brasileiro, estes em Salvador – BA, Parque Histórico Castro Alves, Cabaceiras do Paragaçu - BA, Fundação Hansen Bahia, em Cachoeira – BA, Museu de Arte Contemporânea do Centro Dragão do Mar em Fortaleza, Centro de Pesquisas e Museu Sacaca, no Macapá, Kuai – Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque, estes dois últimos no Amapá, entre tantos outros que desenvolvem excelentes projetos de integração com as comunidades que os legitimam.

5. De que modo as mídias sociais podem contribuir para a Museologia contemporânea? Estamos vivendo um tempo em que as visitas aos museus deixarão de ser contemplativas devido a isso?

As mídias sociais são ferramentas que podem estar a serviço da divulgação dos museus, de seus acervos e de sua programação cultural, ampliando o alcance de informação sobre as suas ações. O Museu da Misericórdia, por exemplo, é um dos equipamentos culturais que está nas redes sociais. Desde maio de 2018, quando desenvolvemos o Projeto: Com Outros Olhos, uma experiência de Aprendizado e Interatividade, junto a pessoas com deficiência visual, cegueira e baixa visão, as publicações nas redes passaram a ser acompanhadas da hashtag #pracego-ver, possibilitando a prática da acessibilidade na internet. Acredito que as visitas aos museus nunca deixarão de ser contemplativas, sensoriais e cognitivas, pois nada substitui a experiência da percepção do objeto em si, além da observação dos aspectos arquitetônicos da edificação, já que a maioria dos museus está localizada em prédios históricos. Também vale enfatizar a experiência que envolve a mediação cultural humana e que possibilita apresentar, desenvolver interações e despertar o “olhar” do visitante para histórias, que nem sempre estão contadas nas etiquetas e nos verbetes explicativos.

6. Você acha que os brasileiros ainda frequentam pouco os museus? Por quê? Ainda é preciso uma mudança de cultura, de hábitos?

Sim, os brasileiros ainda frequentam pouco os museus, mas esta realidade tem mudado de forma gradativa. A visitação já foi muito menor, já há alguns anos, registramos um crescente aumento no número de visitantes e frequentadores de museus. Existem alguns fatores que atuam diretamente neste quadro, entre os quais podemos citar os condicionamentos e conceitos preestabelecidos de que museus são espaços elitizados, que não são para todos. Associasse-se a este panorama a falta de atividades escolares, onde a visita a museus faça parte do currículo escolar e deixe de ser feita de modo esporádico. As escolas da rede pública de ensino possuem muita dificuldade com a questão do transporte dos alunos. Por outro lado, os museus também precisam dotar suas equipes técnicas para ter profissionais, em número suficiente e devidamente qualificados, para o planejamento e a realização de atividades socioculturais e educativas de modo continuado, tanto junto ao público escolar, quanto a outros segmentos de públicos. Para os museus, fatores estruturantes como: equipes reduzidas e orçamentos reduzidos, também impedem a manutenção de atividades continuadas, muitas vezes, fragmentando o processo de construção e retroalimentação das mesmas. Museus também precisam ser vistos como opções de lazer. Por isso, a interação do espaço museal com diversas linguagens artísticas é muito importante para incentivar a visita e atrair novos públicos, além de fidelizar aqueles que já são usuários desses espaços culturais.

7. O que você pensa sobre essa nova tendência de museus virtuais e digitais?

Acredito ser uma das formas de democratização e de acesso ao patrimônio musealizado, inserindo-o, de alguma forma, na dinâmica cultural de muitos povos, por meio do uso das modernas tecnologias. É também pensar uma outra dimensão de referências de memória que está sendo construído e se propagando de maneira muito rápida. Então o tratamento dessas informações e seu acesso, em larga escala, também pode ser organizado de modo a permitir maior fruição do conhecimento.

8. Fale um pouco sobre os desafios que o museólogo e os profissionais da informação tem na preservação da memória documental.

O maior desafio ainda se encontra na implantação de estruturas físicas adequadas aos padrões de conservação, preservação e acondicionamento de acervos, respeitando a tipologia de cada um. Outro elemento é a sistematização e informatização dos dados, facilitando o acesso e a recuperação de informações e estabelecendo níveis de acesso. São programas especiais e caros, das quais a implantação e a manutenção é presente em um reduzido núcleo de museus.

9. Como atual presidente do Conselho Regional de Museologia da 1ª região, que abrange as regiões Norte e Nordeste, conte-nos um pouco sobre as ações que vem sendo desenvolvidas nessas regiões em relação a preservação, conservação, armazenamento e tratamento de coleções.

Esta é a minha terceira passagem pelo Conselho Regional de Museologia – COREM 1R, onde assumo a representação do mesmo enquanto presidente. Nas duas oportunidades passadas, assumi o cargo de Conselheira Suplente da Comissão de Tomada de Contas e como Conselheira Titular Primeira Secretária. É um trabalho voluntário e feito por uma equipe de museólogos que reconhecem a importância de se manter ativo o Conselho profissional e de fortalecer a profissão. Não temos dedicação exclusiva, pois nos dividimos entre as demandas de trabalho no campo museal e as ações do COREM. Neste momento, estamos trabalhando para a reformulação de algumas ações do Conselho, promovendo a sua reestruturação, até porque a sua área de jurisdição foi ampliada, desde 2018, com a extinção do Conselho Regional de Museologia da 6ª Região, por determinação do Conselho Federal de Museologia. A sede do COREM 1R fica em Salvador – Bahia. Com relação a preservação, conservação, armazenamento e tratamento de coleções, podemos evidenciar um avanço no campo teórico e metodológico, que se confirma pela existência de cursos de graduação e pós-graduação em Museologia, em diversas universidades do Norte e Nordeste do Brasil, sendo que o mestrado se encontra na Universidade Federal da Bahia - UFBA. De maneira geral, o que marca a realidade das instituições museológicas é a falta de recursos financeiros compatíveis com as necessidades de conservação, acondicionamento e preservação dos referenciais de memória de que são gestoras. Isto impossibilita um caminhar mais equilibrado entre a teoria e a prática. Esta falta ou redução na dotação orçamentária acaba reverberando em outras áreas de atuação dos museus.

10. Como é a profissão de museólogo no país? O que precisa mudar? Você acha que a profissão é desvalorizada? Por quê?

A profissão é regulamentada pela Lei 7. 287/84, que define as atribuições do profissional museólogo (a). Em dezembro, são 35 anos de regulamentação da profissão, e ainda sentimos uma clara necessidade de ampliar nosso espaço de atuação e a oferta de trabalho. O espaço de atuação do (a) museólogo (a) não é apenas o Museu. Há possíveis atuações no campo da universidade, da consultoria e da elaboração de projetos, da gestão de espaços culturais, da pesquisa, da emissão de laudos e pareceres técnicos, de courier, entre outros. Ainda existe um desconhecimento sobre a profissão, o que leva algumas instituições a acreditarem, de modo equivocado, que seu trabalho pode ser feito por outro profissional. Para exercer as funções de museólogo, é preciso ter formação na área e estar devidamente registrado em seu conselho. Acredito, também, que o nosso país precisa valorizar mais sua riqueza cultural e a importância do pertencimento e de construção de uma consciência mais cidadã, que decorrem dela. Só assim, formaremos pessoas mais seguras da sua identidade cultural, com mais informações sobre seu passado histórico, podendo se colocar de forma mais crítica sobre o seu presente, repensando ações para o futuro. Creio que a tentativa de desvalorizar a profissão seja mais para atender as necessidades de “esvaziamento cultural”, propagada para atender a determinados interesses. Contudo nós estamos aqui, com avanços e retrocessos, no campo da cultura, repensando nosso papel de preservacionistas e divulgadores, defendendo a manutenção do nosso patrimônio cultural nas mais diversas expressões.

11. Como você avalia a situação dos museus brasileiros atualmente? Os museus costumam receber apoios, parcerias? De que forma isso ocorre?

Os museus brasileiros estão atravessando um momento muito crítico, principalmente, devido ao contingenciamento na área da educação e da cultura, pois alguns equipamentos estão vinculados às universidades. O incêndio que atingiu o Museu Histórico Nacional foi lamentável. Sem falar em quando outros “incêndios” não temos que apagar diariamente. Com a redução das equipes e do orçamento financeiro, muito do que se tem realizado está vinculado a qualidade da formação dos profissionais, que atuam nesses espaços, e da priorização de atividades essenciais ao seu funcionamento. Além dos recursos advindos de suas instituições mantenedoras, outra forma de captação são as leis de incentivo à cultura e os editais, alguns dos quais possibilitam o desenvolvimento de ações continuadas.

12. Em sua opinião, como se encontra a profissão de museólogo no cenário sergipano em relação ao cenário nacional?

De maneira geral, o quadro é o mesmo. Porém possuir o curso de graduação em Museologia, na Universidade Federal de Sergipe – UFS, é muito significativo, pois isto garante uma renovação da mão de obra bem preparada para atuar no campo museológico. Também a evidência de que se existe formação, existe demanda e reconhece a importância do patrimônio material e imaterial sergipano. Não há outro caminho a seguir, a não ser o da coletividade, da defesa pelo interesse da classe museológica, que se vincula a preservação do patrimônio nacional. Nossa luta é pelo fortalecimento da nossa profissão, com respeito às necessidades de cada lugar, interligando saberes, construindo redes.

Entrevista concedida ao bibliotecário Salim Silva Souza, em 21 de agosto de 2019. Coordenador do Repositório Institucional do IFS – CRIFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9968-9925>. E-mail: salmilas@gmail.com

Agradecimentos

À Museóloga Osvaldina Cezar Soares pela disponibilidade, generosidade e carinho demonstrado ao conceder essa entrevista. Desejo muito sucesso na realização dos seus projetos!



(Foto Adam Jones)

O **Museu da Misericórdia** é um dos mais importantes espaços culturais da Bahia e possui em seu acervo obras que contam um pouco da história do estado e do país. Também tem em seu espaço a Igreja da Misericórdia, considerada um marco da arte portuguesa e um dos mais belos monumentos religiosos de Salvador.